



**Universidade Federal
de Campina Grande**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO FEDERAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEU**

ELIANE DANTAS BERNARDO

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO PARA O ENSINO DA
GEOGRAFIA NO FUNDAMENTAL II**

CAJAZEIRAS – PB

2016

ELIANE DANTAS BERNARDO

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO PARA O ENSINO
DA GEOGRAFIA NO FUNDAMENTAL II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Formação de Professores, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves

CAJAZEIRAS – PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

B523i Bernardo, Eliane Dantas

A importância do trabalho de campo para o ensino da Geografia no fundamental II / Eliane Dantas Santos. - Cajazeiras, 2016.

54f.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves.

Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2016.

1. Didática - Ensino de Geografia. 2. Trabalho de Campo. 3. Geografia - Ensino fundamental II. I. Alves, Cícera Cecília Esmeraldo. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

ELIANE DANTAS BERNARDO

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO PARA O ENSINO
DA GEOGRAFIA NO FUNDAMENTAL II**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cícera Cecília Esmeraldo Alves
CFP/UFCG-Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa
CFP/UFCG- Examinadora 1

Prof^ª. Ms. Maria da Glória Vieira Anselmo
CFP/UFCG-Examinador 2

CAJAZEIRAS – PB

2016

A criação do Universo e tudo que nele habita não seria perfeita senão pela mão de um Criador Benevolente e Misericordioso. Assim como a natureza, bela e repleta de magia, são as magias que incidem sobre nossa existência. Existência essa que se não pela Força Divina que nos move, que nos torna seres pensantes, capazes de construir nossos próprios ideais, nada seríamos. A Deus. Dedicó

AGRADECIMENTOS

À Deus misericordioso por nos tornar capazes de amar, de aprender e de construir nossos caminhos, pela força que nos move e pela luz que ilumina o nosso caminho em qualquer jornada que nos propusermos a trilhar.

Em especial, as minhas Mães Severina Dantas Pinheiro (*In Memoriam*) e Maria de Fatima Dantas pelo afeto, carinho e ensinamentos, os quais, se fazem presentes a cada instante.

A professora Cecília Esmeraldo, minha orientadora, pela paciência e pela grandeza dos ensinamentos e confiança em mim depositada.

A todos os meus familiares em especial as minhas mais ilustres companheiras, Joecia, Edilane, Joelma, que sempre me fortaleceram e deram-me créditos, na certeza de que alcançaria esse objetivo acadêmico.

Aos meus colegas que ao longo do curso compartilharam momentos alegres e agradáveis.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram e deram-me força para concretizar esse sonho.

Meus mais sinceros agradecimentos. Obrigado!

A geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza.

Roberto Lobato

RESUMO

O trabalho de campo é um instrumento didático que tem sido amplamente utilizado pelos professores de Geografia do Ensino Fundamental numa intenção de associar teoria e prática, mas tem se percebido os cuidados que vários autores fazem de não transformar esses trabalhos em passeios, excursões e até mesmo palestras, fugindo dos moldes de um trabalho de pesquisa propriamente dito, onde os alunos possam ser parte do processo de percepção e análise dos fenômenos que foram propostos para o estudo. Em vista disso é que se propõe analisar a eficácia do trabalho de campo na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental II. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise a respeito da importância do trabalho de campo no ensino de Geografia na segunda fase do Ensino Fundamental II. Para a realização da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico a partir da leitura e fichamento de textos em livros, artigos, periódicos, revistas eletrônicas, e outros meios que subsidiaram a temática. Como resultado do trabalho percebeu-se o quanto o processo de ensino e aprendizagem se tornam mais dinâmicos e eficientes quando saem da sala de aula e se propõe a um estudo de campo. Concluiu-se, portanto, que os trabalhos de campo, como recurso educacional e atividade destinada a facilitar a aprendizagem, precisam ser planejados de acordo com clara proposta pedagógica. Ao se executar trabalhos de campo, é essencial a análise escalar dos ambientes, pois partindo de um estudo local (possibilitado pelas atividades de campo), ou seja, o focar para a relação local/global.

Palavras-Chaves: Geografia. Trabalho de Campo. Ensino Fundamental II.

ABSTRACT

Fieldwork is a teaching tool that has been widely used by elementary school geography teachers in intention to link theory and practice, but it has been noticed that these jobs are done often in an unplanned way transforming activity tours, tours and even lectures, running away from the mold of a research work itself, where students can be part of the process of perception and analysis of the phenomena that have been proposed for the study. In view of this it is that it aims to discuss and evaluate the effectiveness of fieldwork in Geography discipline in the early years of elementary school, analyzing how teachers have used this instrument, punctuating the shortcomings of the process. The objective of this study is to perform an analysis of the importance of field work in the teaching of geography in the second stage of primary school, discussing the effectiveness of this teaching tool to streamline Geography lessons and implement the relationship between theory and practice, and expand discussions regarding the possible shortcomings in the teaching and learning resulting from the absence of a plan of activities. For the research a literature survey was conducted from reading and BOOK REPORT texts in books, articles, journals, electronic journals, and other media that supported the theme. As a result of the work it was noticed how the process of teaching and learning become more dynamic and efficient when they leave the classroom and proposes a field study. It was concluded, therefore, that the field work, as an educational resource and activity to facilitate learning, need to be planned according to clear pedagogical proposal. When performing field work, it is essential to analyze scale environments, for starting a local study (enabled by the field activities), the perception of more distant contexts occurs through most significant contexts, ie, the focus for local / global relationship points to the need for methods of environmental studies and field work.

Keywords: Geography. Fieldwork. Two Basic Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO.....	12
1.1 O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA TRADICIONAL...	17
1.2 A Geografia Escolar na Contemporaneidade.....	25
1.3 O TRABALHO DE CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	31
1.3.1 O Trabalho de Campo e a Ciência Geográfica.....	31
1.3.2 O ensino da Geografia escolar em consolidação ao trabalho de campo.....	40
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
3. GEOGRAFIA ALÉM DA SALA DE AULA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO.....	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

O trabalho de campo consiste num imprescindível instrumento didático-pedagógico a partir do qual muitos professores das diversas áreas do conhecimento tem se utilizado para dinamizar suas aulas. Não obstante, este instrumento tem sido bastante adotado pelos professores de Geografia, principalmente, nos anos finais do ensino fundamental, com vistas a trazer uma maior dinâmica e aprendizagem para os alunos sobre os aspectos geográficos numa intenção de associar teoria e prática.

No entanto, também tem sido perceptível que estes trabalhos são feitos muitas das vezes de forma não planejada transformando a atividade em passeios, excursões e até mesmo palestras, fugindo dos moldes de um trabalho de pesquisa propriamente dito, onde os educandos se tornem parte integrante desse processo de percepção e análise dos fenômenos que são propostos para o estudo de campo dos temas da área de Geografia.

Considerando a geografia indispensável a análise sócio-espacial, percebe-se como esta, na contemporaneidade, vem reafirmando o seu objeto de estudo, não só técnico-científico, mas, principalmente à educação nas escalas local, regional e global.

Diante desse contexto, objetiva-se analisar algumas questões inerentes ao ensino da Geografia na atualidade, as quais emergiram do acompanhamento dos estágios supervisionados do Curso de Licenciatura em Geografia, no ensino fundamental II.

Nesse sentido, o ensino da geografia exige uma maior discussão das mudanças ocorridas no espaço e nas relações homem/meio, para uma melhor compreensão dessa relação, o trabalho de campo torna-se um instrumento fundamental.

Daí, justificar o uso de recursos didáticos na sua abordagem: Que recursos didáticos se adéquam com a realidade de sala de aula, senão o estudo de campo? O professor ou educador-geógrafo detém uma formação para desenvolver com destreza estudos de campo? As escolas oferecem condições dignas ao educador para que possa ir além da sala de aula? E, por fim, como o estudo de campo no ensino da disciplina de Geografia seria colocado em prática para que não passe de meros passeios ou palestras por parte dos educadores?

Em vista disso é que se propõe como objetivo geral discutir e avaliar a eficácia do trabalho de campo na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental II, tendo como especificidades analisar como este estudo de campo será capaz de atenuar as deficiências do processo de ensino e aprendizagem, quando somente tratado no âmbito das teorias; descrever a importância do estudo de campo da disciplina de Geografia para uma maior e efetiva aproximação entre teoria e prática e, compreender como o estudo de campo pode significar

um meio consolidador da aprendizagem do educando, no momento em que este é colocado como integrante desse processo a partir de vivências de estudos práticos.

Para a realização da pesquisa foi feito um levantamento de caráter bibliográfico com abordagem qualitativa, visando trazer importantes contribuições de teóricos que tratam da temática e que podem oferecer significativos subsídios para aguçar os conhecimentos de todos que possam desfrutar da leitura deste trabalho monográfico.

Para desenvolvermos a reflexão que aqui propomos, nos reportaremos às questões discutidas no Curso de Licenciatura em Geografia do CFP/UFCG, como também em literatura científica específica. E, sendo assim, para alcançar os objetivos propostos, a fundamentação teórica do trabalho apresenta os seguintes tópicos: Primeiro Capítulo A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO, tendo como sub tópicos: O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA TRADICIONAL; Geografia Escolar na Contemporaneidade; O TRABALHO DE CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA; O Trabalho de Campo e a Ciência Geográfica; O ensino da Geografia escolar em consolidação ao trabalho de campo. Segundo Capítulo os PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS e o Terceiro Capítulo a GEOGRAFIA ALÉM DA SALA DE AULA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO.

Após a fundamentação teórica, apresentamos as considerações finais, momento ao qual se faz uma reflexão de todo o texto, apresentando suas considerações e compreensão acerca da temática, bem como, sugestões para a implementação do estudo de geografia no contexto prático, ou seja, o estudo de campo e sua importância no processo de aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental II.

1 A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO

Neste capítulo pretendemos discutir um pouco sobre o contexto histórico da geografia, voltada para a implantação da disciplina no ensino. Os conhecimentos geográficos foram sendo ampliados com as grandes descobertas marítimas, e a institucionalização da geografia no mundo ocidental. No entanto, no final do século XVIII, a geografia ainda se encontrava ligado à história.

De acordo com Pereira (1989, p. 26), a Geografia, antes mesmo de se tornar ciência, foi introduzida nos currículos escolares, juntamente com a história e língua nacional, tornando-se um instrumento poderoso “nas mãos de uma classe preocupada com sua hegemonia e com o movimento do capital que deseja consolidar o Estado Nacional a partir da delimitação de suas fronteiras, demarcadas pela tradição e língua comum”, contudo, o surgimento do ensino de Geografia se desenvolveu com funções ideológicas de criar um sentimento patriótico e de mascarar as contradições sociais do espaço geográfico, como um instrumento do Estado. Assim, no final do século XIX, o ensino da Geografia foi considerado necessário e obrigatório, e, de suma importância para o processo de ensino /aprendizagem.

Vários foram os pensadores que contribuíram para evolução da Geografia como ciência, os quais podem ser destacados: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter, Karl Marx, dentre outros. A proposta de Geografia concebida por Humboldt aparece na justificativa e explicitação de seus próprios procedimentos de análise.

De acordo com Moraes (1988, p.47):

Humboldt entendia a Geografia como a parte terrestre da ciência do cosmos, isto é, como uma análise de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. Caberia ao estudo geográfico: reconhecer a unidade na imensa variedade de fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e combinando as observações, a constância dos fenômenos em meio as suas variações aparente.

Para Pereira (1993, p.117), apesar de naturalista, Humboldt mostra também grande curiosidade pelo homem e pela organização social e política dos territórios, “achando que há uma grande relação entre estas e as condições naturais”.

Levando em consideração o princípio de causalidade, Humboldt aplicou o chamado princípio de geografia geral, contudo, nenhum lugar da Terra pode ser estudado sem os conhecimentos do seu conjunto, sendo que um fenômeno verificado em determinada região pode ser generalizado para todas as outras áreas do globo com características semelhantes.

Segundo Martonne (1953, p.13):

A aplicação deste princípio é o desmoronamento definitivo da barreira que separa a Geografia Regional da Geografia Geral, a aproximação destes dois ramos duma mesma ciência e a sua recíproca fecundação. No dia em que foi compreendida a significação de tudo isso nasceu a Geografia moderna.

O estudo da Geografia em sua fase inicial focaliza somente os elementos naturais, mais tarde, pesquisas unindo aspectos físicos com sociais foram estabelecidas, referentes à ação antrópica sobre o espaço natural. A partir desse momento teve início também o estudo sistemático das sociedades, tais como a forma de organização econômica e social, a distribuição da população no mundo e nos países, as culturas, os problemas ambientais decorrentes da produção humana, além de conhecer os recursos dispostos na natureza que são úteis para as atividades produtivas (indústria e agropecuária). Assim, o estudo geográfico conduz ao levantamento de dados sobre os elementos naturais que atingem diretamente a vida humana como clima, relevo, vegetação, hidrografia, política, econômica e sociedade.

Corroborando, ressaltamos as influências de Humboldt e Ritter, as quais foram de suma relevância para atribuir à Geografia o seu verdadeiro caráter científico. Assim, com base em Andrade (1989, p. 13), “Os dois sábios alemães, de diferentes formações, davam origem a uma nova ciência de cuja existência certamente não suspeitava ao iniciarem as suas reflexões”.

Seguindo essa dinastia histórica, vale também mencionar as transições ocorridas na Europa em meados do século XIX, sobre a discussão da Geografia na Alemanha. Contudo data-se o final do século, como grande marco, para a difusão do pensamento geográfico, cujo ápice do desenvolvimento delimitou a partir desse momento a concepção do seu próprio espaço. Essa premissa foi repercutida também no âmbito brasileiro, como pontua Pontuschka (1994, p. 43) “as ideias dos mestres alemães chegaram também ao Brasil, trazidas pelos geógrafos franceses, mas acrescidas de críticas embasadas na escola criada por Vidal de La Blache e seus discípulos”.

Nesse sentido, é possível considerar que a Geografia denota uma ciência, cujo início se deu no século XIX em um espaço tempo marcado pela consolidação dos Estados Nacionais europeus e pelo processo de expansão territorial das potências europeias, o neocolonialismo, onde interesses geopolíticos, econômicos e sociais estavam colocados em disputas.

Para Andrade (1992), o conhecimento global, bem como as raízes incorporadas entre a sociedade e natureza, concebia grande relevância para a execução da soberania por parte dos grupos, os quais almejavam a unidade nacional e a centralização política.

Nessa perspectiva, a Geografia foi apropriada e incentivada pelas estruturas dos Estados Nacionais, e como aponta Lacoste (2001, p. 25), seu discurso tanto escolar quanto universitário teve por função ideológica “[...] mascarar por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para condução de guerra, como ainda para a organização do Estado e prática do poder”.

A Geografia, atualmente, é considerada a ciência que estuda o espaço geográfico, ou seja, o ramo do conhecimento que busca compreender a dinâmica do espaço produzido e transformado direta ou indiretamente pelo ser humano.

Dessa forma, podemos considerar que a Geografia estuda a sociedade e a natureza, com o foco sobre a maneira com que essas se relacionam e o conseqüente processo de organização do espaço terrestre.

A definição acima apresentada não é consenso entre os geógrafos, tanto que, no passado, tal conceituação era bem diferente da atualmente utilizada. A própria etimologia da palavra “Geografia” (“*Geo*” = Terra; “*Grafia*” = Descrição) denuncia a sua premissa inicial: descrever os fenômenos da superfície terrestre. Em outras definições, ela é vista como o campo do conhecimento que visa ao estudo dos lugares ou à explicação sobre a diferenciação de áreas.

Em termos gerais, é muito difícil precisar o que a Geografia estuda e o que ela não estuda, isso porque ela é uma ciência *horizontal*, enquanto outras formas de conhecimento são do tipo *vertical*, ou seja, o que a diferencia dos demais saberes científicos não é o seu objeto, mas a sua orientação. O que confere ao estudo geográfico a sua especificidade é o seu categorial, que é o conjunto de conceitos que vão definir a orientação de seus estudos, dos quais se destacam: a paisagem, a região, o território, o lugar e as redes.

Dessa forma, os estudos geográficos debruçam-se sobre questões que estão relacionadas tanto com as ciências da natureza quanto com as ciências sociais, envolvendo temas como: o relevo, a representação do espaço (mapas), a formação das cidades, o meio rural, os territórios políticos dos Estados, as disputas regionais e territoriais, entre inúmeros outros elementos.

Segundo Mizukami (1986, p.25), a educação tradicional via o professor como o centro do processo, que cumpre objetivos traçados pela escola e pela sociedade. Nessa teoria, era prioridade a educação formal e bases como a família e a igreja. Havia uma relevante preocupação na transmissão do conhecimento, que se respaldava no acúmulo e na referência ao passado como modelo a ser seguido e como lição para o futuro. Essa concepção educacional é encontrada em vários momentos da história, permanecendo atualmente sob

diferentes formas.

No decorrer do tempo, a Geografia inicia seu ciclo nas escolas, como um manual de ensino, uma enciclopédia, que descrevia os relevos, os rios, as capitais, os clima, as vegetações, as populações e etc. (PONTUSCKA, 1994; PEREIRA, 1989). Tais elementos eram, em grande parte, trabalhados separadamente e de forma dilacerada, sem a mera consideração sobre a totalidade do espaço.

Braga (2007, p. 133) afirma que foi nesse período que a participação da Geografia como disciplina escolar ganhou relevância, de modo a “inculcar o sentimento patriótico, apresentava um espaço geográfico de maneira homogêneo, delimitado territorialmente, despolitizado nos seus diversos aspectos (sociais, políticos, físicos, culturais)”. Nesse sentido, ressalta-se a construção de uma identidade nacional, com vistas na necessidade de revogar as diferenças e compor uma uniformidade sublime.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Geografia Quantitativa ganha espaço, fortalecendo-se com o golpe militar de 1964, e sob influência anglo-saxônica, favorecendo dessa forma o uso estatístico, bem como a criação de um conjunto de ideias, cuja finalidade era subsidiar os propósitos relativos às ações de planejamento e desenvolvimento de dados.

A Geografia é, portanto, uma ciência muito importante, pois permite ao homem compreender melhor o planeta em que vive. Para isso, esta ciência dispõe de diversos recursos matemáticos e tecnológicos. A estatística, por exemplo, é muito usada na área da pesquisa populacional.

As imagens de satélites são fundamentais na elaboração de mapas, além de fornecerem dados importantes para a verificação de mudança na vegetação do planeta. Sendo assim, o ensino de Geografia, como as demais ciências que fazem parte do currículo de ensino básico, procura-se desenvolver no aluno a capacidade reflexiva e crítica da realidade, objetivando a transformação de suas vivências. A realidade vigente torna-se uma totalidade que envolve sociedade e natureza.

“Cabe à Geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza” (OLIVEIRA, 2003, p.142).

A Geografia, como disciplina escolar assim como as demais ciências, não se esquivou da conjuntura as quais seguiram as demais doutrinas implantadas nas escolas do país. A mesma tem como característica a sistematização do objetivo da ciência geográfica, contudo buscando também atender as necessidades dos indivíduos que constituem uma sociedade ao longo dos anos. Assim, vale enfatizar o objeto de estudo da geografia voltada para a

sociedade e sua constituição, sendo responsável pela formação e compreensão a cerca do espaço geográfico, fato esse que sobressai sobre as demais disciplinas. Assim, compreendemos que:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária das imposições espaciais (SANTOS apud KAERCHER, 2004, p. 56).

A geografia não pode depender somente do estudo dos aspectos humanos da paisagem e do espaço. Tudo o que é terrestre interessa ao campo e é passível de análise e estudo pelos geógrafos. Ao assinalar as contínuas melhorias nesse campo, Destaca-se as considerações feitas por Vesentini (2004, p.220) ao afirma que:

O ensino de Geografia no Brasil vive uma fase decisiva, um momento de redefinições impostas tanto pela sociedade em geral e pelo avanço da Terceira Revolução Industrial e da Globalização, pela necessidade de (re) construir um sistema que contribuía para a formação de cidadãos conscientes e ativos como também pelas modificações que ocorrem na ciência geográfica.

Diante dos enfrentamentos da Geografia escolar acredita-se que os esforços para uma efetivação dos conteúdos e prática dessa disciplina devam transcender o território da sala de aula: redirecionar a práxis transformadora tanto do docente como do aluno para o cotidiano, visando à transformação da sociedade. Assim,

Em geral, se compreende, até mesmo por falta de um debate mais sistemático sobre o tema, que o ensino de geografia praticado nos níveis fundamental e médio é apenas uma mera e simples repetição simplificada do que se produz na academia. [...] Logo a geografia crítica escolar dá importância à realidade do estudante, as suas experiências, a sua condição de vida, aos seus conflitos e interesses produzidos no tempo e no espaço, se preocupa em formar estudantes-cidadãos, ativos e participativos, desenvolvendo neles criticidade, autonomia e criatividade em face aos problemas encontrados no seu cotidiano e no seu espaço de vivência (BRITO & PESSOA, 2009, p. 6-9).

O ensino da Geografia precisa ser reconstituído, uma vez que o pensamento docente frente a essas mudanças consiga transformar as informações em conhecimentos, visando à aquisição do conhecimento substancial ao aluno e de acordo com sua realidade para que seja implementada as possibilidades de aplicabilidade dessa conjuntura no cenário educacional. Para tanto, as discussões nesse cenário nos leva a refletir sobre as mudanças de informação em conhecimento, as quais abarcam a necessidade de fazer o estudante raciocinar criticamente sobre tais mudanças, processando-as a partir dos seus conhecimentos prévios.

Com ênfase na evolução da Geografia como ciência, conquistando espaço nas universidades e escolas ao longo dos anos, ressaltamos que o seu ensino é verdadeiramente capaz de contribuir para formação de um sujeito reflexivo, sendo o mesmo agente na produção do espaço. Nesse sentido, segundo Kaercher (2004, p 77) “buscamos a educação não para manipular, controlar e/ou sujeitar os educandos, mas para desenvolver neles o desejo de aprender, não só a beleza e a complexidade da Geografia, mas, sobretudo, a partir dela, pensarem a beleza, a miséria e a complexidade da nossa existência, o saber não apenas como algo possível, mas algo desejável”.

Portanto, um ensino crítico da Geografia não se limita a uma renovação do conteúdo, ela também implica em reconhecer os múltiplos valores, conhecimentos diversos, além das habilidades e competências singulares de cada sujeito, atribuindo ao educador à árdua tarefa de inovar suas práticas pedagógicas.

1.1 O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA TRADICIONAL

O ensino tradicional é taxado como aquele que não traz inovações nas suas metodologias, no uso dos seus recursos e na própria dimensão como ele é aplicado em sala de aula, pois de um certo modo, acaba se restringindo a fatores internos a escola não possibilitando sua exploração externa e quando esse ensino saia para além dos muros da escola não se dava com perspicácia.

Na Geografia Tradicional, o trabalho de campo norteava-se na observação e na descrição dos elementos contidos nas paisagens, o que resultava numa prática de ensino puramente descritiva e numa leitura acrítica do espaço geográfico. Sobre essa análise acrítica Alves *et al.*, (2008. p. 51) explica o seguinte,

Durante muito tempo as viagens se constituíram como o principal processo para o desenvolvimento do conhecimento dos espaços geográficos. Assim, esses conhecimentos serviam de instrumento de poder sobre os demais, visto que os

viajantes e expedicionistas detinham informações que serviriam aos interesses de cunho político e econômico, como projetos de conquista e colonização de novos territórios.

Observa-se pelo exposto que não se pode afirmar com categorização que ocorria nesse período um estudo de campo voltado para o processo de ensino e aprendizagem, mas apenas a título de exploração de terras e riquezas nelas existente, a fim de servir os propósitos de cunho político e econômico das classes dominantes, ao prazer dado pela conquista. Nestas expedições rumo aos desbravamentos dos mares e as descobertas de novos espaços não detinha o ensino e nem tampouco a aprendizagem. Sendo assim, o estudo de campo dado por esse prisma tradicional, não revelava-se um estudo pautado em conhecimentos e informações a serem mediadas para a formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Esse contexto tradicional do estudo de campo da geografia acabou influenciando, durante muito tempo a forma como o ensino de geografia ocorria nas escolas: um estudo pragmático, ínfimo, reduzido aos meros ensinamentos de paisagens, relevo, planaltos, planícies, montanhas, etc., figuradas apenas através das imagens apresentadas nos livros didáticos.

No entanto, as transformações ocorridas no contexto educacional, dada a exigência de um mundo globalizado, traz a tona a necessidade de um ensino de geografia que rompesse com os paradigmas e o pragmatismo, indo de encontro a um modelo de ensino pautado pela pesquisa e extensão. Surge daí, a chamada Geografia Crítica.

Na Geografia Crítica o trabalho de campo se destaca pela importância da preparação e da contextualização do mesmo, para que se possa propiciar ao aluno o interesse pelo estudo do lugar vivido e a compreensão das contradições espaciais existentes. O trabalho de campo ao ser realizado, especialmente por pesquisador e estudante da Ciência Geográfica, têm como objetivo proporcionar ao cientista/estudante a análise das relações existentes no espaço geográfico, bem como realizar observações de aspectos fisiológicos, urbanos, sociais, econômicos e culturais na paisagem de forma empírica, buscando sempre a inter-relação entre fenômenos, chegando a conclusões diversas. Sobre a importância da prática do trabalho de campo na Geografia, Valéria di Marcos (2006, p. 123) explana em seu entendimento que

É quase uma unanimidade entre os geógrafos a importância que o estudo de campo representa como instrumento didático voltado ao ensino e a pesquisa na área de Geografia e que, a consolidação da ida ao campo representa o momento pelo qual é possível visualizar, de maneira prática, todas as teorias estudadas e discutidas em sala de aula; ou seja, é o momento em que as teorias se tornam reais, se materializam diante dos olhares atenuados dos estudantes. Por esses

fatores, o planejamento da aula de campo deve ser bem construída e fundamentada nos preceitos da teoria, para que o estudo de campo não acabe se tornando, para os alunos, em apenas um passeio.

Nos dias atuais, o trabalho de campo tem se tornado nas escolas uma prática corriqueira que faz parte dos recursos metodológicos usados por professores visando enriquecer suas aulas, assimilando com isso a teoria e a prática, principalmente, na disciplina de geografia, haja vista esta ter uma dimensão que vai além do espaço escolar, tornando com isso as aulas mais dinâmicas, prazerosas e produtivas, tanto para o professor como para os educandos, que se enchem de entusiasmo.

É importante frisar que o estudo de campo, ao ser desenvolvido, não deve ter um caráter único ou findável, mas sim, ser apropriado como um meio capaz de elucidar as dúvidas deixadas pelas teorias vista no âmbito da sala de aula e também para promover nos educandos o senso crítico, de perguntas e indagações, durante e após o trabalho de campo. Ou seja, quando o trabalho é desenvolvido no campo e quando este despertar no educando a curiosidade e o desejo de saber mais, as aulas passaram a se tornarem mais dinâmicas e o aprendizado mais significativo.

Vale apenas ressaltar ainda que o trabalho de campo não dispensa outros meios de inserção no processo como forma de cooperação ao trabalho dos educandos, de modo a despertar o gosto pelo estudo e pela investigação e a partir daí, desenvolver a sensibilidade e a percepção dos educandos para as relações professor–aluno e aluno–aluno, bem como das relações entre o espaço escolar e o espaço extra-classe.

Desse modo, lembramos que durante o desenvolvimento do trabalho de campo, todo o processo (planejamento, execução, análises e relatórios), o professor tem a preocupação constante de situar a atividade dentro do contexto dos objetivos pelos quais estão sendo desenvolvidas as tarefas, isto se faz necessário para evitar o “fazer pelo fazer”, apenas.

O trabalho de campo como prática pedagógica no ensino da geografia é eficaz em sua proposta quando precedido de uma discussão além de um levantamento bibliográfico, cartográfico, estatístico e contatos com possíveis interlocutores. Tal discussão leva professor e aluno a tematizarem a proposta a ser problematizada em campo. Este estudo teórico prévio tem a finalidade de construir um embasamento conceitual e metodológico que fluirá em uma maior aprendizagem.

Ao se estabelecer uma relação do trabalho de campo com o contexto teórico-prático, espera-se que este enseje um momento voltado a produção do conhecimento dos educandos, de maneira que, a teoria não pode ser desvinculada da prática, pois caso aconteça, os

conteúdos trabalhados acabam se tornando obsoletos, sem sentido e, em consequência, não será significativo a aprendizagem. Significa dizer que os conteúdos e o trabalho de campo devem estar interligados.

Nesse sentido, Alentejano & Rocha-Leão (2006) diz que o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas, parte desta paisagem para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos.

Mediante esse fato percebe-se a importância do trabalho de campo como fortalecimento do discurso contemporâneo dentro do conhecimento geográfico de desconstruir a dicotomia entre geografia física/geografia humana ainda muito presente em nosso meio. Ainda para Alentejano & Rocha-Leão (2006) cabe destacar que tanto na realidade do campo quanto na teoria os aspectos sociais e naturais da realidade são indissociáveis.

Vale ressaltar que o trabalho de campo é relevante para a Ciência Geográfica, todavia não se deve utilizá-lo como a única ferramenta para o ensino da geografia, e sim, como um instrumento que comunga prática e teoria. Nesse sentido, Tomita (2009, p. 48) destaca que,

Não se deve encarar essa atividade como um fim, mas como um meio que tenha o seu prosseguimento ao retornar à sala de aula. Se o objetivo é a melhoria do ensino em Geografia, só há um caminho a seguir pelo professor: não ficar ancorado apenas na acumulação de um saber geográfico do livro didático, sair dos exaustivos discursos, dos questionários sem fundamento, intensificar a comunicação com os alunos, ter a preocupação em atualizar e aperfeiçoar o conhecimento e ter satisfação em experimentar as novas técnicas.

É preciso ter clareza que um recurso didático-pedagógico e metodológico não deve ser usado como substituto de outro, mas sim, como agregador destes, haja vista que, quando um recurso acaba se tornando único no processo de aprendizagem, este acaba-se por se tornar presumido, perdendo o fator de surpresa, de descobertas. Isso significa dizer que o trabalho de campo não pode se tornar ferramenta única de aprendizagem, mas deve ser aliada a outras práticas para viabilizar a construção de saberes.

Segundo Alves e Lopes (2008, p. 51):

A utilização do trabalho de campo como ferramenta de aprendizagem é de fundamental importância para que o aluno possa compreender melhor as relações existentes entre a disciplina apresentada em sala de aula e a sua real aplicação na realidade. As noções próprias do processo ensino-aprendizagem fornecem recursos e instrumentos para que possam interagir com seu meio ambiente.

Outra vantagem perceptível na condução do trabalho em campo, refere-se a coletividade dos conhecimentos, ou seja, os alunos formam grupos de estudo e com isso, está favorecendo a construção dos aspectos sócio afetivos entre os alunos que trará boas relações dentro e fora da escola. Quando a interação sócio afetiva acontece, torna-se mais efetivo o processo de ensino e aprendizagem, pois a uma construção mútua dos conhecimentos culminando com a transformação do espaço escolar.

Desta forma, o trabalho de campo se apresenta no cenário educacional, como um instrumento conciso no processo ensino e aprendizagem, permitindo ao educando uma maior interatividade para com o contexto socioambiental, favorecendo com isso uma visão integradora sobre o meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações. Significa dizer que quando o conhecimento é construído a partir da realidade e sobre a realidade que se vivencia, o resultado é a transformação dessa realidade, ou seja, quando se conheceres os fatores inerentes a determinado assunto, poder-se-á fazer uma análise mais promissora sobre a mesma e com isso fazer deduções e se preciso for, transformar o cenário caso seja necessário para a satisfação e melhor qualidade de vida.

É importante salientar que o trabalho de campo da geografia escolar, não só favorecerá os conhecimentos no que diz respeito aos aspectos geográficos, mas também em outras áreas do conhecimento, haja vista que o trabalho de campo propícia a interdisciplinaridade e, quando se trabalha diante das perspectivas interdisciplinar, o educando não só enriquece os conhecimentos na área de geografia, mas em outras áreas.

Para Bortolozzi (2012, p. 93) a Geografia assume diversos papéis: "aprender a se organizar no espaço, organizando-o; conhecer-se e inserir-se no espaço, conhecendo-o; fazer se respeitar no espaço, respeitando-o". Ainda segundo a autora, cabe ao professor de Geografia "reforçar a técnica da problematização em sala de aula; estimular o diálogo, tirando o aluno da passividade diante da imagem do espaço, levando a agir sobre este; adaptar seus instrumentos e técnicas a partir das necessidades dos alunos e da comunidade". Aproveitar a paisagem local e estudar a comunidade não é um método fácil, de ensino mais é uma rica oportunidade de aprendizagem e de interação do educando com o seu meio social.

Sendo assim, quando a geografia é intrinsecamente trabalhada dentro do contexto real a que os educandos estão inseridos, se tornará mais interessante, mais atraente, possibilitando ainda que se conheça alguns aspectos sociais, culturais e físicos de determinada comunidade, como no caso dos seus hábitos e costumes e como estes interagem com o meio ao qual são membros. Não há razão para se propor trabalhar o espaço geográfico, a dinâmica da natureza

e a educação para o meio ambiente, distante desta realidade, uma vez que a geografia é a principal interface dessa relação estudo e meio ambiente.

É como alude Ajara (2011, p. 19) ao dizer que dentre as diversas ciências que possuem interfaces diretas com a questão ambiental, "a Geografia muito tem a contribuir com a Educação Ambiental, no que se refere à reflexão e prática através do ensino e pesquisa sob um ponto de vista que lhe é específico: a incorporação do aspecto espaço-território, nas questões ambientais". Por essa ótica, é pertinente ao professor de Geografia informar o educando acerca das questões ambientais que fazem parte da realidade do local que vai ser trabalhado, uma vez que o aluno só terá um maior esclarecimento das questões referentes ao que aprendeu em sala de aula quando este for ao campo e observar na prática os conceitos que aprendeu em sala.

Na experimentação, o aluno poderá colocar este conhecimento acumulado à disposição da conservação, através da Educação Ambiental. Para que se possa realizar uma boa aula de campo alguns procedimentos devem ser realizados com o intuito de fazer com que a aula possa ter o melhor rendimento possível tanto para os alunos como para a equipe que por ventura venha a participar da elaboração da aula, portanto antes de seguir com os alunos a campo o planejamento de como está será deve ser realizado. Inicialmente, o professor deve fazer uma relação da sua viagem com os conteúdos trabalhados em livros acerca da matéria a ser ministrada.

É importante ressaltar que o suporte teórico e a introdução de materiais auxiliares condizentes com a pesquisa a ser realizada dão aos alunos subsídios para sua concentração e estímulo no estudo como um todo, facilitando a prática. O uso de material didático com imagens do assunto abordado dá uma melhor visualização para confrontação e ligação do cotidiano ao científico.

O docente deve então, quando ainda não conhecer ou houver muito tempo desde sua última incursão, fazer uma viagem prévia ao local a ser visitado, coletando informações quanto aos melhores pontos de parada que tenham relação com o assunto ministrado e a segurança que será necessária para que a aula transcorra sem problemas, se haverá a necessidade de monitores, quantos, qual o tempo necessário em cada parada, até qual horário os alunos podem permanecer no local, limites de aproximação de locais perigosos, entre outras variáveis.

A quantidade de alunos que serão conduzidos, o transporte, sempre ressaltando a segurança, a alimentação e os horários pré-definidos são pontos primordiais que os

professores devem levar em consideração para que a aula funcione sem que haja situações de problemas que poderiam ter sido evitados com planejamento prévio.

O conteúdo teórico deve ser ministrado aos alunos em sala de aula, utilizando várias aulas se necessário for, devendo o professor sempre focar o que da matéria ministrada será visualizado na aula de campo e em qual ponto, dando aos alunos a sensação de segurança que o seu professor tem na disciplina e na aula que será ministrada, entendendo eles que não será um simples “passeio”.

Desta forma, tudo o que mencionado e abordado em campo, será de inteiro conhecimento dos alunos, podendo estes associar a teoria estudada com a prática no contato com a realidade. Tendo o professor transmitido todo o conhecimento teórico necessário, este deve, juntamente com os alunos, fazer o planejamento da aula de campo.

Deve-se fazer um levantamento do roteiro e dos pontos de observação considerando os itens que os alunos acharem relevantes, quais as comparações pertinentes, quais as amostras a serem coletadas e quais os principais pontos de estudo.

Os alunos devem seguir para a aula de campo instruídos sobre a forma que será avaliada, se através de relatório de aula, montagem de maquetes, croquis, experiências práticas em sala, ou qualquer outra pertinente ao conteúdo que o professor deseja que seja adquirido. Feito isso, a aula de campo seguirá como planejada, lembrando sempre de tentar antecipar eventuais problemas que possam surgir, a fim de minimizar perdas de aprendizado.

O engajamento dos alunos, a proposição de saberes, habilidades e competências e a avaliação antes, durante e a após a “visita-ação” podem garantir êxito na medida em que fica vinculado o prazer e o aprendizado. Todas as experiências práticas vivenciadas pelos alunos servirão de acréscimo ao seu conhecimento sobre o tema estudado. Em aula posterior, deve o professor fazer, junto com os alunos, a avaliação do campo, uma vez que após a ida ao campo é que os alunos irão levantar os pontos favoráveis e as possíveis falhas ocorridas, a fim de que possam ser corrigidos os problemas que por ventura sejam detectados em aulas futuras. Considerando, especialmente, se os objetivos foram alcançados.

No ensino fundamental é de primordial relevância a compreensão do espaço local, ou seja, o espaço vivenciado que envolve a casa, a escola, a rua, o bairro, a cidade dentre outros, pois, conforme Tomita (2009, p.13) "o ensino de Geografia encorpado de um bom estudo teórico, deve ser traçado partindo-se do que é conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, do próximo para o mais distante, tomando assim, como ponto de partida o estudo da realidade próxima ao aluno.

Ainda segundo essa autora, o espaço organizado pela sociedade focado na relação homem-natureza pode ser melhor entendido quando há uma participação ativa dos alunos na percepção da realidade que o envolve. E, de acordo com Callai (2008, p.80), “[...] conhecer a realidade vai além de identificar o que existe”.

Supõe discutir as formas como se expressam, como se apresenta a realidade, entender não apenas o produto, mas, basicamente, os processos que os desencadeiam.[...]” Portanto, pode-se inferir que um procedimento de fundamental importância para o entendimento do espaço local é a realização do trabalho de campo que traz à luz novos fragmentos da realidade, que está fragmentada, e o seu conhecimento se constrói a partir da reconstrução desses fragmentos, os quais se encontram visualmente materializados, e, ao mesmo tempo, intrínsecos nos elementos e fenômenos da natureza.

O trabalho de campo possibilita uma maior aproximação com a realidade, pois o contato com os fenômenos apresentados no espaço conduz a uma reflexão em busca da essência, pois a mesma permite avistar características físicas e metafísicas obscuras visualmente e intelectualmente numa representação congelada da paisagem, seja ela materializada por mapas, fotos ou imagens aéreas e orbitais. Assim, não só a estrutura física dessas formas representacionais pode ser melhorada, uma vez que novos elementos poderão ser incorporados a elas, mas, sobretudo, seu valor de compreensão da realidade, pois as reflexões darão a elas vivacidade e dinamismo, alterando seu caráter meramente pictórico.

Dessa forma, torna-se essencial que o trabalho de campo seja bem planejado, para que de fato ao longo do seu desenvolvimento possam ser levantadas as questões essenciais para um entendimento além das paisagens visíveis. O bom aproveitamento do trabalho de campo também perpassa pela atitude do professor, que segundo Tomita (2009, p.14) deve motivar e despertar o interesse dos alunos, “[...] discutindo e fazendo perguntas que agucem a curiosidade, de tal forma que eles sintam a importância e a necessidade dessa atividade como complementação da aula teórica [...]”.

Alentejano e Rocha Leão (2006, p.63) também reafirmam que o trabalho de campo deve ser preparado previamente, inclusive estimulando os alunos a problematizar, perguntar e refletir sobre aquilo que observarão. E pode-se acrescentar que é essencial o envolvimento dos alunos antes, durante e após a atividade de campo, pois isso garante que o objetivo seja alcançado.

Assim, com base nessa análise sucinta já se pode perceber o quanto o trabalho de campo pode contribuir como atividade pedagógica para o entendimento do espaço local e a partir disso promover aos alunos uma conscientização para futuras tomadas de decisões, ou

seja, torná-los cidadãos conscientes para praticar atitudes que possam transformar suas realidades. Também sobre isso, Tomita (2009, p.14) comenta que a atividade de campo “[...] pode influir na modificação de atitude e formação da personalidade que mais tarde poderá servir para a vida social e profissional [...]”.

1.2 A Geografia Escolar na Contemporaneidade

Com o surgimento da Geografia Crítica ou ainda Geografia Marxista, essa corrente vai romper com a ideia de neutralidade e de uma geografia que excluía os problemas sociais, já que não eram considerados questões geográficas, essa corrente ganha mais força na Alemanha, Espanha, França e Brasil, principalmente na década de 80, nos Estados Unidos, na década de 90.

A importância da geografia escolar é indiscutível, para a formação do educando e para a consolidação de uma sociedade sustentável. Contudo, nem sempre a escola persiste nessa temática, ou o professor ainda não se deu conta da sua responsabilidade de despertar no aluno, um olhar analítico-crítico das relações sociais que se presencia, resultando nas desigualdades sociais. Somma (2003, p.165) coloca que:

O objeto de estudo da geografia está aí, exposto a todos os sentidos de cada aluno, todos os dias. O espaço próximo se vive; forma parte da história pessoal do aluno que lhe atribui uma lógica, a sua maneira. Os significados implícitos, os preconceitos, as noções prévias formam parte do desenvolvimento das inteligências pessoais. Ignorar essa forma de apreender seu espaço real é, além de um erro pedagógico, uma forma de desconhecer o aluno como pessoa. Nós, professores de geografia, temos a oportunidade de transformar essas percepções desordenadas, baseadas em uma dinâmica funcional, em categorias de conteúdos e habilidades significativas para o desenvolvimento da inteligência. A escola deveria ressignificar essas idéias prévias. Para que essa atuação formativa se dê, é necessária a conjunção de duas definições do professor: a linha pedagógica e o pensamento geográfico que adota.

Percebe-se, a necessidade da definição da metodologia a ser adotada em sala de aula, nota-se que as dificuldades encontradas na aprendizagem se dão diante da ausência de métodos que focalizem aluno, professor e conteúdos e que favoreçam a construção do conhecimento geográfico que reflita na aprendizagem do aluno e na sua formação para a vida.

Por sua vez a geografia acadêmica passou por significativas mudanças, o ensino da geografia escolar também passou por reformulações. Por isso muitos trabalhos nas últimas

décadas apareceram denunciando as fragilidades de um ensino com base em fundamentos críticos: “No Brasil, o movimento de renovação do ensino de geografia faz parte de um conjunto de reflexões mais gerais sobre os fundamentos epistemológicos, ideológicos e políticos da ciência geográfica, iniciado no final da década de 1970” (CAVALCANTI, 1998).

Essas reformulações que ocorreram no ensino da Geografia se deram através de críticas sobre duas correntes utilizadas na época: a Geografia Tradicional e a Geografia Quantitativa. Diante das críticas levantadas sobre as correntes do ensino da geografia surge uma nova visão dessa disciplina conhecida como Geografia Crítica e difundida no Brasil pelo geógrafo Milton Santos (CAVALCANTI, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.107) indicam objetivos para o ensino Fundamental, e tais objetivos ampliam o papel dos professores que atuam nesta área exigindo uma mudança no seu perfil e na sua forma de atuação. Considerando o ensino de geografia e de acordo com tais parâmetros, aluno deverá ser capaz de:

- [...] compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural brasileiro, bem como aspecto sócio-cultural de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação em diferenças culturais, de classe social, de crença de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos; (PCN, 1997, p. 107)

Tais objetivos estão de acordo com o papel fundamental da educação para promover o desenvolvimento das pessoas e das sociedades e, para tanto, exige uma escola voltada para a formação do cidadão como cita a Constituição Federal de 1998 que dita os princípios e fundamentos que devem orientar a educação escolar através da elaboração da LDB e do Plano Nacional de Educação que, como não expressam efetivamente a realidade, apresentam-se como grandes metas a serem alcançadas. Para Straforini (2004, p.51) enfatiza:

Não podemos mais negar a realidade ao aluno. A geografia, necessariamente, deve proporcionar a construção de conceitos que

possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o futuro com responsabilidade, ou ainda, preocupar-se com o futuro através do inconformismo com o presente. Mas esse presente não pode ser visto como algo parado, estático, mas sim em constante movimento.

O ensino da geografia perpassa por novas reflexões e construções geográficas que vão além do visível. Isso é notável nas colocações dos alunos do ensino fundamental e médio, por mais que a escola pública tenha suas dificuldades, alguns bons profissionais vêm revertendo esse diagnóstico, como presencia o próprio aluno de geografia com as leituras de geopolítica, análise das relações homem/meio, são leituras que estes alunos vêm realizando com maturidade e observa-se que o livro didático é uma base. Não podemos negar, é uma mudança lenta, mas ela vem se tornando efetiva e não podemos esquecer que é resultado também da formação acadêmica. Nessas perspectivas, corrobora-se com Lage (2004, p.07):

A geografia distingue-se no âmbito do conhecimento humano pelo caráter do seu objeto de estudo – o espaço geográfico. Espaço que se pode analisar em suas várias “metamorfozes”: Paisagem, lugar, região, cidade, campo, entre outras [...] o “fazer geográfico” perpassa por esse entendimento e pela busca de superação dessas dificuldades, criando um “saber geográfico consistente que permita o surgir do “ser geográfico.

É preciso compreender, que o ensino da geografia é imprescindível para a formação da cidadania e para as análises social, econômica, política, ambiental e cultural. Ainda, não podemos afirmar que a geografia escolar é a geografia que queremos para nossos educandos, mas, dia-a-dia ela vem lutando para conquistar o seu reconhecimento na sociedade. Portanto, depende de nós a geografia que queremos.

Assim, o papel do professor é fundamental na mediação desta geografia escolar. Exatamente por isso, é necessário que se tenha claro que o objetivo desta concepção teórica é levar os sujeitos à prática da reflexão, e não doutriná-los de acordo com a ideologia e perspectivas particulares de cada educador. “muitas vezes, em nome da Geografia Crítica, o professor impõe sua visão de mundo aos alunos” (KAERCHER, 2004, p. 36).

Para que isso não ocorra, é necessário que o educador tenha em mente que o êxito na docência faz-se na recusa em convencer (ADORNO, 1995), simultaneamente com o incentivo a apropriação crítica do conhecimento, a partir das teorias e práticas aplicadas no meio escolar, instigando os alunos a construir seus conhecimentos a partir dos subsídios que lhe são disponibilizados para este fim.

Entretanto, Oliveira (1994) faz um prognóstico ao afirmar que:

Nos dias de hoje só tem havido lugar para duas grandes vertentes ideológicas no ensino da geografia. Ensinar uma geografia neutra, sem cor e sem odor. Uma geografia que cria desde o início trabalhadores ainda que crianças, ordeiros para o capital. Ou ensinar uma geografia crítica, que forme criticamente a criança, voltada, portanto, para seu desenvolvimento e sua formação como cidadão. Uma geografia preocupada desde cedo com o papel que estas crianças/trabalhadores terão no futuro deste país. Uma geografia que possibilite às crianças, no processo de amadurecimento físico e intelectual, irem formando/criando um universo crítico que lhes permita se posicionar em relação ao futuro, que lhes permita finalmente construir o futuro (OLIVEIRA, 1994, p. 143-144).

Ressaltando a importância dessa reformulação no ensino da Geografia na visão de Cavalcanti também tem em comum o fato de explicitarem as possibilidades da Geografia e da prática de ensino de cumprirem papéis politicamente voltados aos interesses das classes populares. Diante dessa perspectiva, o saber e a realidade do aluno devem ser levados em consideração para o estudo do espaço geográfico. Sendo que a partir dessa nova visão de geografia, o ensino se desfaz das simples descrições de lugares e dados numéricos. Ao contrário, o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições: “Quanto aos aspectos pedagógico-didáticos das propostas de ensino de Geografia, persiste a crença, explícita ou não, de que para ensinar bem basta o conhecimento do conteúdo da matéria focado criticamente” (CAVALCANTI, 1998).

Vesentini (1987) ressalta a questão de ir além dos conteúdos, quando nos referimos ao ensino da geografia. Em suas palavras:

Um ensino crítico de geografia não consiste pura e simplesmente em reproduzir num outro nível o conteúdo da(s) geografia(s) crítica(s) acadêmica(s); pelo contrário, o conhecimento acadêmico (ou científico) deve ser reatualizado, reelaborado em função da realidade do aluno e do seu meio [...] não se trata nem de partir do nada e nem de simplesmente aplicar no ensino o saber científico; deve haver uma relação dialética entre esse saber e a realidade do aluno – daí o professor não ser um mero reproduzidor, mas um criador (VESENTINI, 1987, p.78).

Nos dias atuais podemos perceber que, os estudos sobre o ensino da Geografia vêm expandindo as reflexões feitas no campo da pedagogia e da didática. Conforme ressalta Vesentini (1995), as funções históricas da Geografia procura discutir seu papel atual, mediante suas atribuições no ensino escolar na era vigente.

Mas que tipo de geografia é apropriada para o século XXI? É lógico que não aquela tradicional baseada no modelo “A Terra e o Homem”, onde se

memorizavam informações sobrepostas [...]. E também nos parece lógico que não é aquele outro modelo que procura “conscientizar” ou doutrinar os alunos, perspectiva de que haveria um esquema já pronto de sociedade futura [...]. Pelo contrário, uma das razões do renovado interesse pelo ensino de geografia é que, na época da globalização, a questão da natureza e os problemas ecológicos tornaram-se mundiais ou globais, adquiriram um novo significado [...] O ensino da geografia no século XXI, portanto, deve ensinar – ou melhor, deixar o aluno descobrir – o mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas: local e nacional. Deve realizar constantemente estudos do meio [...] e deve levar os educandos a interpretar textos, fotos, mapas, paisagens (VESENTINI, 1987, p.15-16).

Entretanto, ao professor são atribuídas muitas responsabilidades, mas é necessário que se tenha outra visão quanto ao papel do professor, pois o mesmo deve ser visto como intermediador entre os sujeitos “alunos” e o conhecimento.

Ressaltando que a postura do Profissional é de extrema importância, sendo que a sua função deve ser a de mediador ao estimular a curiosidade nos discentes no processo educacional. Callai (2001) aponta que:

O papel do professor é redimensionado. Ele não abdica do que sabe e nem some a hierarquização dos papéis sociais que temos a cumprir. Só que em vez de ficar ouvindo sua própria voz, o discurso que agrada a si próprio, deve intermediar a relação de aprendizagem, facilitando o acesso de informações aos alunos e aos materiais necessários à realização da aprendizagem, encaminhar leituras e observações e assessorá-los (CALLAI, 2001, p. 146).

Assim o aluno se sentirá parte inerente deste espaço que o cerca, tendo um maior contato e visão do real que está a sua volta. Ou seja, o sujeito está inserido/ligado diretamente ao meio “espaço”, fazendo com que essa percepção se torne fator decisivo para a construção do conhecimento geográfico:

O aluno é um ser histórico que traz consigo e em si uma história, e um conhecimento adquirido na sua própria vivência. O desafio é fazer a partir daí a ampliação e o aprofundamento do conhecimento do seu espaço, do lugar em que vive, relacionando-o com outros espaços mais distantes e até diferentes (CALLAI, 2001, p. 36).

Assim, podemos concluir a partir da aquisição do conhecimento nesse campo, por meio da observância do ambiente, o qual ainda passará por uma sistematização, oportunizando ao aluno toda uma cadeia estrutural de ideias, definições e procedimentos que lhe darão condições de interpretar, de modo significante, sua própria existência.

Considerando os conceitos geográficos (espaço, território, paisagem, região, natureza, sociedade, etc.) fundamentais a construção do saber, estes devem ser trabalhados a partir da realidade e do meio em que os alunos estão inseridos. Contudo essa proposta deve advir da necessidade de buscar expor os conteúdos através do cotidiano dos alunos fazendo com que haja identificação com o espaço geográfico em que estão arraigados.

O ensino de Geografia associa o conhecimento temático com a prática pedagógica. Este processo, por sua vez, está ancorado em pressupostos epistemológicos convergentes, embora muitas vezes o professor que tenha um conhecimento de concepção positivista possa não ter clareza.

Dessa forma, compreendemos um conhecimento sob uma conjuntura positivista, a qual desfavorece o exercício pedagógico com base em um ensino crítico. Nesse sentido é preciso analisar as correlações entre educação e Geografia para assim evidenciarmos os seus paradigmas.

Nessa perspectiva, é preciso conhecer as conexões e os padrões geográficos, para que não haja um choque entre pensamentos contraditórios, ou seja, um pensamento tradicional com um crítico, pois ambos defendem suas particularidades, seus métodos, entre outros.

A educação tem como uma das questões centrais a construção do conhecimento. A interação entre o conhecimento e o comportamento é o resultado do processo de elaboração subjetiva nas trocas cotidianas com as condições concretas da vida. O pensamento e suas operações/tensões/mediações representam a realidade, nem sempre objetiva, a partir da apropriação e da interação com ela. É a apreensão do intelecto na relação sujeito/objeto, portanto, com o mundo exterior. O pensamento é, então um, processo de síntese, um resultado dessa interação (CASTROGIOVANNI, 2011, p. 16).

Nesse sentido, observa-se que a construção do conhecimento se constitui a partir da disponibilização dos recursos que subsidiam esse processo, além da interação com as condições em que cada indivíduo se encontra, isto é, condições objetivas e subjetivas que ocorrem na vida social. No entanto, esse processo não deve ocorrer de modo individual, e sim que abarque um todo, resultando em um sistema social.

Assim sendo, o trabalho de campo no ensino da geografia é de extrema relevância na formação dos sujeitos, pois lhes permite a percepção inerente a sua condição humana e como agente construtor do espaço. Portanto, a aula de campo proporciona um novo discernimento, no qual o aluno passa de observador a pesquisador, integrando-se expressivamente com a paisagem que o cerca.

Salientando que, este tipo de trabalho nos faz pensar sobre a interação no cotidiano escolar, bem como na interdisciplinaridade, constantemente presente nas relações da geografia com as demais áreas do conhecimento, compreendendo desta forma que a discussão da valorização que deve ter o trabalho de campo respalda-se na efetivação do conhecimento, face às dificuldades encontradas no ensino da Geografia.

1.3 O TRABALHO DE CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

1.3.1 O Trabalho de Campo e a Ciência Geográfica

Após o advento da Geografia Crítica, as observações no campo passaram a ser discutidas com o intuito de encontrar respostas coesivas, surgindo nesse âmbito à aula de campo, a qual veio apresentar um novo sentido ao aluno, passando este a ser agora não apenas um observador, mas sim um investigador que procura ser parte integrante do espaço. Assim, compreendemos que o trabalho de campo na Geografia Crítica,

[...] ganha ênfase pela relevância da preparação e da sua própria contextualização, o que suscita no aluno o interesse pelo estudo do ambiente em que está imerso, bem como a compreensão das contradições espaciais existentes neste cenário. Assim, quando um pesquisador, estudante da Ciência Geográfica, ao realizar um trabalho de campo, objetiva proporcionar ao cientista/estudante a análise das relações existentes no espaço geográfico, como também, realizar observações de aspectos fisiológicos, urbanos, sociais, econômicos e culturais na paisagem de forma empírica, buscando sempre a inter-relação entre fenômenos, chegando a conclusões diversas (SILVESTRE; LIMA; MOREIRA, 2006, p. 2).

Nesse sentido, observamos o cruzamento entre a sociedade e o espaço (objeto de análise da Geografia), e sobre a importante tarefa dada aos alunos de realizarem este entendimento. Assim, esse propósito torna-se o fundamento do ensino da disciplina de Geografia, com vista na aproximação desta com a vida dos educandos.

A sociedade exerce forte influência na formação do espaço, e principalmente na sua transformação, pois para sua vivência o homem precisa produzir meios que assegure sua permanência no ambiente onde está inserido. Para tanto, sabemos da desigualdade que acomete os espaços, visto que essa conjuntura não é apenas uma ação da natureza. Por isso, faz-se necessário compreender os mais diversos ambientes, tanto sociais quanto espaciais, recaindo sobre a ciência geográfica a tarefa de assistir os sujeitos, mediante os embasamentos teóricos sobre o espaço e suas mutações, desenvolvendo dessa forma, uma participação

coletiva dos cidadãos, cuja finalidade é construir espaços mais humanos, sendo o homem também transformado pelas ações conjuntas realizadas por ambos, na busca pela solidariedade e um mundo mais justo e fraterno.

Mediante os principais conceitos que enlaçam essa discussão, como o espaço vivenciado no âmbito escolar, é possível atestar que os discentes se tornam capazes de compreender sua rotina diária de forma mais crítica e reflexiva.

A ótica do lugar traz a luz às diferenças, favorecendo a percepção das desigualdades existentes nesse ambiente. Assim, a percepção das diferenças existentes suscita a curiosidade em torno de questionamentos e suposições, bem como das demais indagações condicionantes sobre a realidade espacial do cotidiano, denominada de “transversalizada”, caracterizada através de escalas de fenômenos diversos. Para tanto, o professor deve enfatizar o movimento revelador da escala local, construindo a historicidade do espaço de vivência de cada um e abordando as relações existentes entre homem e o meio em que vive.

Salientamos que o desenvolvimento da inteligência pessoal que inclui significados e conceitos individuais, é relevante quando consideramos os saberes construídos localmente neste processo de aprendizagem. Uma vez concebida esta postura pedagógica, o discente consegue transpor as escalas para o âmbito regional, nacional e até mesmo, globalizar seus entendimentos que já fazem parte da sua bagagem, do seu conhecimento prévio, da sua história de vida.

Portanto, a prática do trabalho de campo na Geografia, segundo Marcos (2006), é:

[...] um instrumento didático e de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da/na Geografia. Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que teoria se torna realidade, se ‘materializa’ diante dos olhos estarecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa ‘excursão recreativa’ sobre o território, e possa ser um momento a mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento (MARCOS, 2006, p. 136).

Conforme o exposto, o trabalho de campo incentiva o aluno a pensar e a olhar face a sua realidade, a partir de um conhecimento prático e específico. Uma vez visto como recurso didático se apresenta por meio do método dedutivo, isto é, um recurso ilustrativo do conhecimento, adquirido em sala de aula, contrário a educação tradicional e passiva, baseada na memorização dos conteúdos. Conforme as recomendações atribuídas ao trabalho de campo, Castrogiovanni; Callai; Kaercher (1999) destacam:

A aula de campo é um rico encaminhamento metodológico para analisar a área de estudo (urbana ou rural), de modo que o aluno poderá diferenciar, por exemplo, paisagem de espaço geográfico. Parte-se de uma realidade local, bem delimitada para se investigar a sua constituição histórica e as comparações com os outros lugares, próximos ou distantes. Assim a aula de campo jamais será apenas um passeio, por que terá importante papel pedagógico no ensino de Geografia (CASTROGIOVANNI; CALLAI; KAERCHER, 1999, p. 99).

Considera-se importante neste âmbito, motivar o aluno para que a aprendizagem realmente aconteça, favorecendo assim, a apropriação do conhecimento, construído através da relação dada entre o aluno e sua realidade atual. O professor não deve ser um mero repetidor do conhecimento, mas sim um mediador deste saber, para que as experiências de vida dos alunos sejam valorizadas de forma cultural e construtiva.

Nesse sentido, é necessário pensar uma Geografia além da sala de aula, cuja ideia principal é torna-la cooperativa e colaborativa na construção dos conhecimentos. Portanto, é concebida como uma nova postura de aprendizagem, face ao grande e veloz avanço técnico-científico, mediante a convivência cotidiana com as novas tecnologias e as múltiplas linguagens do saber. O educador tem a função de orientar as ações que remetem ao ato de estudar, proporcionando ao aluno a busca constante pelo conhecimento, assim como, oportuniza a aprendizagem, uma vez que seleciona o conteúdo mais importante, sobretudo, ainda exerce a função de analisar e criticar a diversidade de informações vindas ao seu encontro por ângulos variados, possibilitando a construção do seu próprio conhecimento.

A participação ativa e o incentivo inerente a autoprodução do conhecimento impulsiona o processo de ensino e aprendizagem, ofertando uma educação de qualidade. Através do estímulo é oportunizada aos discentes a compreensão dos assuntos abordados em determinado contexto, de forma construtiva, o que desperta o interesse de aprender efetivamente. Assim, compreendemos o estudo de campo como um instrumento que ascende a curiosidade do educando, instigando seus pensamentos com a prática, concatenando com esta os conhecimentos adquiridos nas teorias em sala de aula para serem aplicados flexivelmente, cujo intento é formular e resolver as questões relativas à sua performance.

A aprendizagem cognitiva se fundamenta nos elementos de natureza intelectual que se ocupam da promoção do interesse do aluno a partir da interação dele com fatos de sua realidade vivida e/ou percebida (CIOCCARI, 2013, p. 35).

O processo mental de aprendizagem segundo a autora se concretiza por meio do desenvolvimento do aluno mediante sua capacidade de percepção, atenção, raciocínio e abstração, transformando desse modo, as informações em conhecimentos para posteriormente arquitetar suas concepções mediante o cenário global no qual pertence, considerando assim, a

apreensão do conhecimento, vivenciando-o em uma condição multidimensional, conforme seu atual contexto histórico.

Dessa forma, a prática pedagógica que aborda os conteúdos acadêmicos, por meio da interação e vivência no espaço educativo em que o educando está inserido, propicia uma compreensão ampla e efetiva de ordens e conceitos intrínsecos à sapiência que se quer desenvolver. Portanto, tais conteúdos trazem significados relevantes por meio de uma prática real que certamente proporcionará a concretização das investigações propostas no âmbito de formação acadêmica e profissional.

O trabalho de campo é um recurso metodológico da prática de ensino muito importante, pois apresenta uma metodologia de aprendizagem com determinados eventos, o que possibilita ao discente o percurso entre a teoria e prática, sem meras excentricidades. Nessa perspectiva, o professor deve dar condições para que o aluno construa sua aprendizagem de forma autônoma, criando meios situacionais que favoreça efetivamente esse processo. Segundo ressalta Marques (1999),

Busca-se hoje a educação baseada na interlocução dos sujeitos, para a construção do conhecimento que expressa à realidade cotidiana, pessoal e coletiva, em interação com saberes prévios. Professores e alunos trocam, depoimentos sobre suas atividades e experiências, com o intuito de fornecer novos significados aos saberes. Ouvir e falar, dizer-se mutuamente, os alunos entre si e aos professores e estes entre si e os alunos [...]. A construção do saber pedagógico deve-se dar pela troca de experiências de vida, constituindo ações em parceria e formando professores-pesquisadores da prática, que busquem dar unidade aos saberes fragmentados e fundar uma comunidade científica (MARQUES, 1999, p.15).

De acordo com Vygotsky (1988), em sua abordagem construtivista, “aprender, assim como, ensinar, significa construir um novo conhecimento, descobrir uma nova forma para significar algo, baseado em experiências e conhecimentos existentes”. A teoria construtivista defende a ideia de que é preciso estimular a forma de pensar em que o aluno, aprendiz, ao invés de assimilar o conteúdo passivamente, no qual se (re) constrói e (re) significa o conhecimento já existente. Para a execução do trabalho de campo é preciso encorajar o indivíduo a essa prática, ou seja, despertar no educando o desejo de sentir, de perceber, de comunicar e, sobretudo, a vontade de aprender, sendo o professor o mediador dessa ação frente a instruí-los de forma precisa e coesa para que ocorra efetivamente a aprendizagem.

Para Piaget (1983), o próprio aluno torna-se um pesquisador ativo e crítico. Portanto, a realização da pesquisa de campo possibilita substancializar o diretamente à proximidade entre

pesquisador e a realidade investigada, oportunizando a aquisição dos fenômenos, o que seria de forma incerta compreendida apenas por meio do exercício em sala de aula.

O trabalho de campo possibilita aos discentes um conhecimento multi e interdisciplinar, pois a realidade vivenciada neste âmbito faz com que docentes e educandos se insiram em um contexto inesperado, onde a complexidade de fenômenos e interações forma um conjunto de atividades a serem exploradas. Dessa forma, os aspectos elencados se condicionam sob a perspectiva da união das ciências globais, com vista no enlace da pesquisa e no ensino, os quais se (re) significam, face aos conhecimentos previamente apreendidos em sala de aula e desconectados da realidade contemporânea.

Nessa conjuntura, ressaltamos a relevante contribuição da aula prática de trabalho de campo para a construção efetiva do conhecimento do aluno, que consegue por meio da caracterização vista, elucidar o objeto de estudo associando-o a sua vivência e esta à sua percepção crítica, com base nos acontecimentos reais, molda concepções, faz uso de seus conhecimentos teóricos, da sua abstração e concebe novas definições científicas, corroboradas por fundamentações teórico-científicas versadas pela Nova Geografia Cultural.

Nessa ótica, é possível compreender que o trabalho de campo, realizado contrário a seus embasamentos, inicia-se a partir das teorias apresentadas em sala de aula, através de estudos que se subsidiam pelas produções de pesquisadores renomados diante de cada contexto abordado, ensinados pelo professor que também adota uma postura importante nesse âmbito. Assim, os conceitos vistos durante o percurso acadêmico são comprovados no trabalho de campo, o qual ilustra o conhecimento adquirido anteriormente no meio acadêmico, o que evidencia um ensino cuja abordagem se atesta na Nova Geografia.

Para interpretar o trabalho de campo é preciso traçar uma metodologia de ensino, apresentada pelo método indutivo, que compreende uma metodologia para a construção do conhecimento pautado na figura discente, cuja aquisição do saber se dá a partir do contato direto com o seu objeto de estudo. Nesse ambiente, o educando faz uso da subjetividade, da percepção e da observação para construir suas concepções, partindo do estudo concreto neste local e vivenciando suas singularidades para uma melhor e mais ampla formulação dos seus conhecimentos, considerando a metodologia uma ferramenta fundamental, que tanto poderá desconstruir como construir essa ciência, a qual se edifica a partir da execução de sua prática.

Nesse contexto, vale ressaltar a concepção do método indutivo, o qual se respalda através da pesquisa por amostragem, contudo o universo de elementos que compõe esse meio é complexo e, por esta razão dificulta o trabalho a ser executado. Dessa forma, é possível utilizar a experiência realizada, passando a difundir os resultados obtidos.

O método indutivo é considerado algo apenas provável. Assim, para que o trabalho de campo seja realizado é preciso delinear um processo que possibilite a produção de ideias, cuja finalidade é fornecer dados para análise e entendimento sobre os aspectos abordados em determinado ambiente. Portanto, as conclusões relativas ao trabalho de campo dependem dos instrumentos utilizados nessa técnica, assim como da metodologia a ser aplicada, uma vez que, são singulares as reflexões suscitadas face ao objeto da pesquisa, remetendo a conclusões variadas sobre o objeto em estudo. Como discorre Kaiser (1985), sobre essa premissa:

A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como uma categoria independente de vez que ele é nada mais que um dos elementos do sistema social. São as relações dos homens com o espaço ou a respeito do espaço que preocupam hoje os geógrafos modernos: preocupação ou polarização científica insuficiente, de vez que não se podem compreender estas relações sem compreender as relações dos homens entre si, quer dizer, as relações sociais (KAISER, 1985, p.31).

Conforme o autor, o trabalho de campo é uma prática pedagógica no ensino da geografia, muito eficaz em sua proposta, quando precedida de uma discussão além de um levantamento bibliográfico, cartográfico, estatístico e contatos com possíveis interlocutores. A discussão sobre essa temática proporciona aos professores e alunos a tematização da proposta a ser problematizada em campo.

A prática do trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob a pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos.

Para Pierre Monbeig (1936) “[...] as excursões constituem um valioso auxílio e devem ser aproveitadas e aplicadas com o objetivo definido, geográfico, afim de que não redundem em simples passeio ou viagem de turismo” (SILVA; ALVES; LOPES, 2008, p. 13).

Conforme elencado anteriormente nesse estudo, o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas deve efetivamente constituir parte desta paisagem para assim entender a dinâmica do espaço geográfico, mediante o processo transcorrido pelos conceitos geográficos.

Vale salientar a importância do trabalho de campo dado através da consolidação da expressão moderna imerso no conhecimento geográfico, cuja ação procura desconstituir a bipartição entre geografia física/humana, amplamente presente em nosso meio. Assim, acentuamos que a realidade do campo, assim como a teoria da dimensão social e natural dessa

real conjuntura é imanente.

Observa-se que no trabalho de campo, o aluno é como um ser único, que constitui e é constituído como sujeito da história, ou seja, intrínseco ao fato, ao processo de ação, e se torna, em sintonia com a sua comunidade, um elemento transformador do sistema social, que tem o espaço em suas relações. Essa atividade está centrada no indivíduo singular a espacialidade, ou seja, o sujeito que compreende, produz e transforma o seu mundo: o aluno.

Nesse cenário, é fundamental que o planejamento das ações reflexivas sobre sua própria postura, a fim de reavaliar sua prática pedagógica, no sentido de conjecturar as relações cotidianas de seus educandos e dos conhecimentos prévios que esses sujeitos trazem consigo, tornando-os a cada dia, mais pensantes e atuantes no meio em que convivem.

Para tanto, atentar para tais peculiaridades propicia a dissolução de conteúdos que poderão ser abordados a partir do trabalho de campo. Dessa forma, ao estabelecer os assuntos a serem explanados, é preciso que estes estejam além das temáticas generalistas previstas nos currículos de ensino básico, em sintonia com o senso comum, com ênfase nos principais agentes envolvidos nesse processo.

O trabalho quando direcionado para a educação básica, precisa ser visto com especial atenção, por ser um dos cenários que mais se relaciona a questões relativas à responsabilidade, à maturidade e à capacidade de dedicação do discente, sendo um desafio constante a ser adotado no nível fundamental II da educação básica. Esse posicionamento favorece de forma promissora a construção do conhecimento, bem como a valorização intelectual do educando. Essa premissa também remonta a discussão da própria estrutura escolar e do planejamento pedagógico do educador. Nesse cenário o trabalho de campo é executado pelo professor, um importante mediador nesse processo, pois vai ao encontro do aluno do aluno, procura sanar suas dificuldades, rumo a efetivação da aprendizagem.

Conforme afirma Cioccare (2013, p. 40), “essa é a maneira mais eficiente de não abordar as ambiguidades que a geografia apresenta, ou melhor, de não corresponder à velha dicotomia que separa a geografia física da geografia humana, pois a realidade vivenciada no trabalho de campo torna todos os fenômenos visivelmente integrados”. A percepção discente face a interação geográfica facilitará a apreensão do conhecimento sobre essa ciência geográfica, unificando tais embasamentos ao elucidar as atividades humanas, consideradas como a grande responsável pelas transformações da paisagem e do ambiente, o que efetivamente propiciará a compreensão sobre o objeto de estudo, mediante as suas singularidades e características, e sobretudo a complexidade integrada nesse campo.

No entanto, para que o desenvolvimento do trabalho de campo seja promissor, é

necessário planejá-lo previamente, realizando as adequações pertinentes ao conhecimento que se queira transmitir ao aluno e, principalmente considerando sua realidade. É interessante que os próprios alunos participem deste planejamento, opinando para que a atividade satisfaça aos seus anseios e suas curiosidades, tornando-a, assim, um estudo relevante a sua vivência, mas que também seja um trabalho confortável e agradável para todos os envolvidos - alunos e professores. É fundamental a seleção de temas gerais pertinentes ao estudo da Geografia, previamente trabalhados em sala de aula, para que levados a campo sejam relacionados à realidade atual dos alunos, intercalando o cotidiano ao conhecimento do senso comum, com vista na construção dos significados suscitados nas premissas elencadas no estudo, para que a aprendizagem realmente aconteça.

O desenvolvimento de um estudo analítico das saídas de campo estimula o aluno a conquistar seu próprio aprendizado, seja na forma individual ou coletiva (CARNEIRO et al, 2008). Os objetivos didáticos das atividades de campo visam estimular os alunos a exercitar o típico raciocínio geológico.

Para tanto, o trabalho de campo propicia aos alunos adquirir conhecimentos, tendo como subsídio principal a mediação dos professores, como precursores da aprendizagem. As práticas de ensino procuram desenvolver nos alunos a criatividade, a competência reflexiva, além da compreensão sobre os processos naturais, e ainda concebe a faculdade analítica de incorporar diferentes meios de informação e aptidão constante do pensamento. Assim, educandos e educadores trabalham em conjunto para concatenar mentalmente e elucidar as impressões transcritas nas rochas ao longo do tempo.

Portanto, a prática de campo, segundo Carneiro (2008)

[...] é o local onde todos os cinco sentidos humanos são requeridos e participam da observação. O desenvolvimento das atividades de campo se torna crucial para o estudo dos fenômenos e conceitos decorrentes no espaço.

[...] a visão, para olhar os detalhes do local visitado, suas cores e brilhos [...] a audição, para perceber a passagem da água em um córrego, o ruído do vento na vegetação, o som de animais e pássaros [...] o tato é não apenas para o geólogo perceber nas mãos a aspereza ou suavidade da aspereza de uma rocha, mas, sobretudo para sentir a noção de 'ambiente' natural. O contato direto com a natureza proporciona desgaste físico, mas também a necessária sensação de frio-calor, úmido-seco. O olfato [...] precisamos dele para aproveitar tudo o que existe para ser notado no campo, desde o cheiro das rochas, os aromas da vegetação, o cheiro familiar da argila úmida, exalado pela ação de determinadas bactérias, os cheiros desagradáveis de eventuais contaminações [...] o paladar, que acompanha as percepções olfativas, ou pode entrar diretamente na apreciação dos materiais que examinamos, como sedimentos argilosos, os sais de evaporitos e outros

materiais; estes últimos fazem parte do mesmo aprendizado, porque a prudência nos ensina a testá-los, todos, com grande cautela. Essa é talvez a mais difícil habilidade a ser adquirida no campo” (CARNEIRO, 2008, p. 142).

O campo é também um ambiente de ensino fundamental, pois subsidia a aprendizagem dos alunos, ao proporcionar o contato direto com os objetos e os fenômenos concretos a serem estudados. É relevante salientar mais uma vez que as atividades de campo são fundamentais a construção do conhecimento, pois favorecem o contato direto com o meio, concebendo ao aluno a oportunidade de conhecer o ambiente não fragmentado e a interação dos fenômenos, de modo a perceberem o que ali está exposto efetivamente.

Nesse sentido, Fantinel (2000) afirma que: “[...] no ensino, o papel das atividades de campo está atrelado à proposta pedagógica da disciplina na qual as atividades se inserem e à concepção do professor acerca do que é ensinar, do que é aprender e de seu entendimento de como se processa o conhecimento. [...] a metodologia fundamenta-se no estágio cognitivo, interesse e ritmo de aprendizado do aluno, e não em mecanismos de transmissão do saber pelo professor aos alunos” (FANTINEL, 2000, p.11).

Nesse ângulo, o papel do campo torna-se limitado. Contudo, mediante a proposta pedagógica, no qual o ensino encontra-se centrado no aluno, a ênfase volta-se para processos de aquisição do conhecimento pelo aluno, sendo o campo o local propício para assumir esse importante papel.

Nessa perspectiva, é necessário lançar um olhar aguçado que nos leve a refletir sobre os instrumentos utilizados, na compreensão do espaço geográfico. O trabalho de campo nos instiga a curiosidade, como também permite que haja uma verdadeira interação com a diversidade múltipla de cenários, fazendo dele um recurso didático fundamental na formação do aluno, tornando-o um percurso metodológico relevante para o estudo proposto nesse cenário.

Os estudos relativos à Geografia, que abordam o entendimento da relação homem/natureza, se enlaçam ao trabalho de campo como uma atividade intrínseca ao conhecimento espacial e que, a partir dele, oportuniza aos alunos uma participação ativa sobre a percepção da realidade no meio em que estão inseridos. Assim, é essencial que os alunos reconheçam o espaço em que vivem, uma vez que eles ocupam e estabelecem relações diárias com este cenário, concebendo desse modo, o objeto de estudo da Geografia.

A era contemporânea, vista como uma época de transformação, onde o aluno não se contenta mais com o discurso do professor, e é neste âmbito que o trabalho de campo ganha

notória repercussão e se concretiza na aprendizagem do aluno. “A interdisciplinaridade chegou para acabar com a fragmentação dos conteúdos e assim, com a fragmentação geográfica também” (CIOCCARE, 2013, p. 43).

Corroborando, salientamos que a integração dos conteúdos que permeiam as disciplinas que compõem o currículo escolar. A Geografia inerte, sem inter-relações, singular, linear e passiva, concede espaço a uma nova Geografia considerada dinâmica e interdisciplinar, capaz de despertar no educando o exercício contínuo de sua aprendizagem intermediada pelo professor que se faz presente notoriamente para a real construção desse saber.

O trabalho de campo pode ser usado como uma forte ferramenta estratégica em que todas as coisas podem se transformar em um processo complexo, ou seja, holístico. A sociedade contemporânea dinamiza as relações intrínsecas do sujeito, bem como o seu trabalho, possibilitando a professores e alunos o envolvimento nesta ação, abrangendo de tal forma o conhecimento adquirido em um âmbito global, na intensidade do tempo e de modo interativo.

1.3.2 O ensino da Geografia escolar em consolidação ao trabalho de campo

A Geografia, considerada uma disciplina importante para a formação cidadã, nos remete a compreensão de suas concepções de forma evidente, especialmente ao que concerne o espaço, seu principal objeto de estudo. Estudar e entender o espaço se torna crucial, pois este é importantíssimo para a nossa vivência, porém muitas vezes não temos noção da dimensão do espaço que nos cerca. Como sabemos, a nossa vida depende do espaço, ou seja, necessitamos de um determinado espaço para podermos realizar as atividades pertinentes a nossa vida. Portanto, o ensino da Geografia oportunizando ao aluno a compreensão do espaço conforme a sua realidade.

Assim, é possível consolidar junto aos alunos o desenvolvimento dos processos decorrentes da diferenciação do cenário que os envolve, o que facilita o entendimento sobre os aspectos abordados sobre a região e suas vertentes, como solos, vegetação, áreas de ocupações urbanas e rurais entre outros, que fazem parte do ambiente, suscitando a curiosidade e a busca constante pelo conhecimento inerente a essa questão, uma vez que é fundamental relacionar os momentos históricos aos processos que compõe os elementos dessa natureza, para assim constituir o objeto de estudo que se pretende abordar.

Para tanto, vale ressaltar a relevância do estudo da Geografia escolar, com vista na

compreensão do espaço e suas dimensões, uma vez que se torna essencial na formação social do sujeito.

O trabalho de campo é usado pela ciência geográfica como uma das metodologias que propiciam de forma direta a aquisição dos conhecimentos. Assim, autores como: Carneiro (2008), Compiani e Carneiro (2009) Cavalcante (2006) entre outros, discorrem sobre essa temática classificando-a conforme os objetivos traçados mediante o objeto de estudo.

As habilidades pertinentes ao trabalho de campo são distribuídas da seguinte forma:

Ilustrativo: mais tradicional, mostrando e reforçando os conceitos vistos em sala de aula; Indutivo: estabelece um guia de observação e interpretação de um problema, com base em um roteiro de atividades que não demanda um conhecimento prévio do aluno;

Motivador: desperta o interesse por algum aspecto a ser estudado ou problema a ser apresentado, comum no início do curso; Treinador: Incita o exercício de instrumentos específicos e a coleta de matérias e medições;

Investigativo: O aluno elabora as hipóteses que serão pesquisadas, cabendo a ele estruturar a sequência de observação e interpretação;

Autônomo: prepara o aluno para a sua realidade profissional, cabendo ao professor uma orientação por meio de discussões e troca de experiências (COMPIANI & CARNEIRO, 2008, p. 3).

A escolha do conteúdo a ser exposto durante a aula, bem como os elementos disponíveis no ambiente de estudo é importantíssimo, pois mediante essa ação que se faz a opção pelo campo no qual se- realizará o trabalho, e ainda quais são as reais necessidades para a concretização desse trabalho. O contexto pedagógico deverá abranger a relação professor-aluno e está de acordo com os objetivos de aprendizagem que se quer alcançar. O educador precisa identificar os limites e as possibilidades que subsidiarão o desenvolvimento de uma metodologia para cada tipo de estudo a ser executado no trabalho de campo, atentando-se também para as relações que podem ser estabelecidas neste âmbito.

O ensino da Geografia deve ser pautado, segundo Thiesen (2011, p. 90) a partir da “multidimensionalidade, complexidade e conflitividade dos espaços onde os homens pensam e materializam suas ações mediatizados pela cultura, pelo trabalho, pela história e pelas relações sociais que estabelecem entre si e com o mundo [...] A aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções indispensáveis ao seu desenvolvimento como cidadãos individuais e coletivos”.

É possível considerar nesse contexto, que o conhecimento adquirido deve oportunizar aos estudantes uma melhor compreensão do cenário em que vivem, para que nele possam atuar efetivamente, e transformá-lo por meio do seu ofício, colaborando assim para a

perpetuação da sua história social, sendo o espaço, o principal elemento dessa mutação.

O estudo da Geografia proporciona aos sujeitos uma forma mais aguçada de pensar e agir considerando todos os espaços nos quais estão imersos. Dessa forma, “o conhecimento geográfico produzido na escola pode ser o explicitamento do diálogo entre a interioridade dos indivíduos e a exterioridade das condições do espaço geográfico” (REGO, 2000, p. 8).

A ciência Geografia nos faz compreender as relações espaciais de forma intangível, isto é, de modo a construir seus próprios meios de pensamento, além das indagações suscitadas sobre as organizações espaciais com base nas considerações da discussão dos conteúdos geográficos. Assim, esse estudo envolve um conjunto de paisagem, que são interpretadas através das ações constituintes do cenário global, como também, o reconhecimento de seus elementos relacionando uns com os outros e com o lugar de origem no qual pertencemos. Nessa perspectiva, Cioccare (2013, p. 52) afirma que é a partir da “identificação das simultaneidades espaciotemporais”, podemos compreender o nosso próprio lugar no mundo.

A Geografia é concebida como uma ciência embasada na explanação e compreensão de todo o universo, contribuindo para o entendimento da nossa vivência terrena, uma vez que nos mostra os fenômenos espaciais e temporais que nos cerca. Segundo Cioccare (2013, p. 53), a Geografia é uma ciência que apresenta “diversidade das tendências, ideias, crenças, pensamentos e tradições. [...] Reconhece que múltiplas identidades coexistem e influenciam-se realmente, associando vivências e favorecendo a construção de conhecimentos”.

Portanto, a ênfase dada ao objeto de estudo nesse âmbito, oportuniza a construção de conceitos a partir da análise da realidade vivenciada, para que seja realizada a fragmentação do conhecimento, de modo a permitir que tal estudo se concretize com vista nos diversos aspectos abordados, sensibilizando os educandos para o ofício do aperfeiçoamento e qualificação dos resultados aferidos pelo trabalho de campo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mediante o objetivo almejado para este estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, como forma de obter maior foco na discussão atual da temática em torno da condição real que evidenciamos nesse contexto. Assim, a pesquisa bibliográfica se revela como “aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65).

Através da pesquisa exploratória, é notório que esta expõe com grande relevância as metas que se deseja alcançar, possibilitando ao pesquisador um leque de informações a respeito do tema em estudo, pela qual se podem consultar diferentes obras e autores, ou seja, contribuindo, assim, para a qualidade final do seu trabalho.

Para a realização desse estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pois nela temos o contato com os autores que tratam dessa temática e que nos subsidiou para a obtenção de uma melhor compreensão do assunto abordado.

Para Gonçalves (2001), a pesquisa bibliográfica faz um levantamento de boa parte do conhecimento disponibilizado sobre o tema, de modo a possibilitar ao pesquisador outras teorias elaboradas por diferentes autores, de diversos lugares do mundo, podendo, assim, analisar e avaliar as contribuições dos mesmos em relação a explicação do seu objeto de estudo. Diante disso sabe-se que a pesquisa bibliográfica

[...] trata-se do levantamento de [...] bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações (MARCONI; LAKATOS, 2001, p.43-44).

É por meio desse tipo de pesquisa que se pode dar seguimento a um trabalho mais significativo e de qualidade, sem romper com os objetivos que são elaborados no início do processo, de modo que permite outro olhar mediante um determinado objeto. É preciso compreender por diferentes ângulos, os mais variados pontos de vista de teóricos que abarcam o assunto, e conseqüentemente, fazendo com que possamos construir nosso próprio posicionamento diante do tema no qual abordamos.

A pesquisa é um conjunto de ações que visa à descoberta de conhecimentos em uma

determinada área. No meio acadêmico a pesquisa é um dos pilares das atividades universitárias.

Para Matos (2002, p. 21-22), “pesquisar é uma atividade da ciência que permite a aproximação o entendimento da realidade que investigamos e, além disso, nos fornece elementos que possibilitam a nossa intervenção no real”.

O processo de investigação e construção do referencial teórico foi realizado conforme o tema escolhido nessa construção monográfica, por constituir intrinsecamente o embasamento substancial do objeto da geografia.

Este estudo fez uso do procedimento metodológico: revisão bibliográfica.

Neste âmbito, salienta-se o papel do pesquisador que é servir como "veículo inteligente e ativo" (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.11), entre o conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa.

3. GEOGRAFIA ALÉM DA SALA DE AULA: A IMPORTANCIA DO TRABALHO DE CAMPO

Como é notório, o ensino da Geografia no Ensino Fundamental II, tem se preocupado na construção dos saberes a partir da relação do homem para como o meio em que vive, visando, acima de tudo, situar-se no tempo e no espaço e a compreensão de alguns fenômenos que acontecem na natureza. Também tem procurado despertar a aprendizagem para o contexto crítico-social no que diz respeito a relação do homem para com a natureza e para com o meio que o cerca de um modo geral.

Os diversos espaços que são produzidos pela sociedade de ontem e de hoje e, provavelmente as do amanhã, como os espaços rurais, urbanos, natural, superficial, são os principais objetos de estudo da geografia, enquanto significativa área do conhecimento a qual opera-se os métodos e abordagens como categorias de análises de todo este espaço, como por exemplo, os tipos de paisagens naturais e culturais, o lugar onde mora, a composição das montanhas, dos rios, um olhar sobre os aspectos regionais e políticos, os territórios, dentre outros, são fundamentais no ensino da geografia.

Diante desta vasta temática de estudo que o ensino de geografia propõe discorrer, não seria possível se todos estes conhecimentos fossem mediatizados apenas como o uso de livros didáticos e imagens transmitidas por meio dos recursos eletrônicos, pois, certamente, são importantes, mas não oferecem as dimensões que o estudo de campo proporcionaria ao alunado, tendo em vista que, permita que o aluno aparte da sua vivencia compreenda, a realidade em que vivem, suas paisagens, suas formações sociais, enfim, o estudo de campo proporciona algo vivo a ser contemplado numa perspectiva em que o educando conhece.

Sendo assim, estudar a geografia a partir de um estudo real, do campo de estudo a ser mediado trará um maior enriquecimento para o processo ensino e aprendizagem, bem como favorecerá a compreensão clara do que se está estudando. Segundo Kimura (2010, p. 45):

Quando se executa estudo empíricos, a partir das vivências e da realidade a qual o educando está inserido, o processo de ensino e aprendizagem se torna mais efetivo e eficaz. O estudo *in loco* é de fundamental importância, pois possibilita a observação dos objetos analisados pois, o estudo de campo, trata-se de uma técnica ou um recursos didático-metodológico que permite verificar, confirmar ou falsear dados e informações, além de também poder fornecer novas perspectivas para aquilo que se pesquisa.

Portanto, os objetos que são vivenciados a partir do estudo de campo, permite uma análise mais consistente, já que apresenta as variações pertinentes aos fatos e objetos estudados, levando ao educando a uma reflexão crítica e analítica do que se estuda.

Quando o estudo de campo é realizado, é possível perceber, por exemplo, os impactos de uma barragem, é possível visualizar os impactos da poluição dos mananciais, os impactos devido a degradação do solo, entender o fenômeno seca e enchentes, o comportamento dos animais silvestres e selvagens, a localização no espaço, as paisagens, as ações do homem transformando a natureza, dentre outras aprendizagens, que somente a vivência *in loco* poderá proporcionar, diferentemente, quando esse processo acontece apenas na sala de aula, tendo como recursos o livro didático ou as imagens reproduzidas por meio dos recursos tecnológicos.

Todavia, é mister esclarecer que, a execução de um trabalho de campo só ocorrerá com destreza, seja para fins didático de uma aula campal, seja para estudos de cunho científico ou acadêmico, quando se parte de um planejamento prévio das ações, estratégias e metodologias que se pretende utilizar para alcançar os fins devidos. Sem planejamento, sem um plano de ação efetivo, certamente a aula de campo não passara apenas de um passeio fora dos muros da escola.

Desta forma, para que o estudo de campo aconteça satisfatoriamente, faz-se necessário, a princípio, a realização de um levantamento de dados e informações prévias, por meio da consulta junto a órgãos específicos, tais como o IBGE, o IPEA e outros, a depender da temática que será abordada.

Não obstante, é salutar o levantamento criterioso de referenciais bibliográficos que possam dar suporte teórico ao estudo. Em segundo momento, é fundamental criar no plano de aula, um roteiro do que se pretende desenvolver durante a aula de campo, para que não fique a aula fadada ao fracasso em virtude de improvisações. Por isso, os objetivos, os métodos, o desenvolvimento do trabalho, os recursos materiais e humanos são condições imprescindíveis para que a execução da aula aconteça satisfatoriamente, e alcance o seu fim, que é a aprendizagem do aluno sobre os materiais estudados. Quando se pensa previamente em todos estes aspectos, certamente, não haverá risco do trabalho não atingir os seus fins, acabar incompleto.

Nestas perspectivas, um trabalho prático munido de objetividades, autonomia, organização e planejamento conduzirá ao sucesso da aula, uma vez que todos estes fatores conduzirão e fornecerão as bases sustentáveis para uma aula empírica promissora e empreendedora.

Neste sentido, pode-se dizer que o trabalho de campo é de uma inegável relevância para a Geografia, haja vista que essa área do conhecimento, por se relacionar ao espaço e suas múltiplas variáveis, é essencialmente prática e efetivamente dinâmica, sendo impossível pensar apenas a partir de conceitos teóricos e bibliográficos. Contudo, é preciso compreender que o trabalho de campo não deve ser levado apenas como fato empírico, é preciso haver articulação entre o processo teórico e prático, condição essa indispensável para a construção dos saberes, pois teoria e prática são indissociáveis e, portanto, juntas tendem a oferecer uma maior condição de aprendizagem, já que os preceitos teóricos poderão ser ou não confirmados pela prática.

Segundo Lacoste (2001) uma maioria significativa dos professores que lecionam a disciplina de geografia tem no trabalho de campo com imprescindível para sua prática pedagógica, uma vez que, esta prática permite aguçar nos educandos o senso crítico, de pesquisa que vão além da geografia, mas também envolve outras áreas do conhecimento correlatas.

Este fazer pedagógico, voltado para o campo da cientificidade e da pesquisa na área de geografia está permeado de enriquecedoras descobertas que vão além do que é apresentado nos livros didáticos, uma vez que, se relaciona, diretamente com aquilo que é vivenciado no cotidiano dos indivíduos, seja em seus lares, seja nas comunidades onde residem. Portanto, quando o estudo prático favorece ao educando compreender o meio em que vive, as relações existente entre tempo e espaço, as formações geográficas, históricas etc, certamente estará construindo seres verdadeiramente pensantes, reflexivos e conscientes do seu papel diante das transformações das paisagens e dos fatos históricos. Neste contexto, Oliveira (2009, p. 69) coloca que,

A Geografia tem como importante finalidade, três aspectos importantes: o descrever, o analisar e o prever dos acontecimentos terrestres. No tocante a descrição, a análise ou a predição geográfica dos fenômenos, sua realização sempre ocorre respaldadas nas coordenadas espaciais e mediante a observação de campo. Assim, como o conceito geográfico de espaço coincide com o de toda a Terra, o geógrafo teve necessidade de recorrer à representação da superfície terrestre para realizar seus estudos.

Levando-se em consideração o que o autor coloca, é possível perceber que a geografia está inserida num contexto muito amplo das relações homem e natureza e, principalmente no que se refere a sua localização no espaço e a compreensão dos fenômenos, como estes ocorrem, seus impactos na vida humana e para a própria sobrevivência da raça humana. Todavia, é importante ressaltar que quando se trata do estudo voltado para o ensino

fundamental, a compreensão dos alunos em relação ao seu espaço e como este vem se transformando, seja por ações naturais ou intervenção humana, é um fator preponderante para a aprendizagem e, quando esta ocorre dentro e fora do espaço escolar, esta aprendizagem fica ainda mais enriquecedora, pois desperta no educando o gosto pelas descobertas que será capaz de fazer, trazendo tudo aquilo que está próximo como referência desse processo ensino e aprendizagem.

Segundo Souza et al. (2008), as habilidades que se espera alcançar no tocante a observação, descrição e interpretação dos fenômenos da natureza, bem como dos fenômenos sócio-espaciais, só se darão com maior veemência quando é realizado do trabalho de campo, a partir do qual permite ao educando o contato direto com o objeto estudado, as ações e reações do meio em relação ao espaço, como as transformações físicas e geográficas dos espaços, pela ação natural ou pela ação do homem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de como se estabelece os trabalhos de campo pelos professores de Geografia de acordo com a literatura pesquisada, pode se perceber que mesmo em função das adversidades que são encontradas pelos educadores em suas unidades escolares, por muitos não apresentarem uma formação condizente para determinadas práticas, os trabalhos de campo representam um instrumento favorecedor de significativas aprendizagens para o campo da Geografia – e diga-se de passagem não só da Geografia mas também de outras áreas do conhecimento -, tendo em vista a sua relação entre teoria e prática se tornarem mais efetiva nesse processo de aprendizagem. Porém, necessário se faz que este estudo de campo seja feito a partir de um planejamento prévio, de um roteiro sistematizado para que assim possa viabilizar a realização de um trabalho que promova a produção de conhecimento.

Um trabalho de campo bem planejado deve perpassar pelas seguintes etapas: inicialmente eleger uma temática, que pode ser por exemplo um conteúdo que comumente os alunos enfrentam dificuldades pra assimilar; em seguida o professor deve fazer uma visita previa ao local ou locais que levará os alunos, a partir deste momento o professor já pode mensurar a viabilidade financeira e pedagógica do trabalho; após este momento é hora de construir o planejamento deixando bem claro principalmente, objetivos e metodologia; deve se ter um momento pra discutir com direção e coordenação pedagógica o tipo de trabalho que será realizado, para que os mesmos possam comunicar os pais em caso de alunos menores.

É importante chamar a atenção ao fato de que, a discussão da temática em sala de aula antes de ir a campo é que irá nortear o trabalho, o professor poderá instigar os alunos a levantar hipóteses e problemas a serem comprovados e/ou discutidos em campo.

Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que os alunos podem observar tudo o que foi discutido em sala de aula, onde a teoria pode ser percebida na realidade, por isso a importância da atividade ser bem planejada, para que não se transforme em um passeio e sim num momento único de produção de conhecimento.

É importante que os alunos se envolvam no trabalho como investigadores, e que possam descrever, analisar, refletir, questionar sobre o que esta observando. Os trabalhos de campo não podem ser realizadas em forma de palestras, onde os professores fazem seu discurso e os alunos são tratados como meros ouvintes, este tipo de atividade precisa se desvencilhar desta pratica que ainda é muito comum nas escolas.

O trabalho de campo também precisa ser visto como um momento de discutir a interação dos fenômenos sociais e naturais, ou seja, um estudo do espaço assim concebido requer uma análise da sociedade e da natureza, e da dinâmica resultante da relação entre ambas. Em vista disso percebe a importância do trabalho de campo para fortalecer o discurso contemporâneo dentro do conhecimento geográfico de desconstruir a dicotomia geografia física/geografia humana ainda muito presente em nosso meio.

Cabe aqui destacar que tanto na realidade do campo quanto na teoria os aspectos sociais e naturais da realidade são indissociáveis. Atualmente, os docentes precisam transpor inúmeros percalços para exercer sua profissão de forma plena, sendo um deles o desinteresse proeminente dos alunos. Para tanto, é importante que os professores estejam atentos e acessíveis a novas metodologias de ensino, que sejam eficientes e comprometidas com o processo de ensino-aprendizagem.

No processo de construção do conhecimento geográfico, há necessidade de formas novas de pensar e fazer para revalorizar o espaço de vivência, que possa contribuir na educação do aluno cidadão, visto que há casos em que esse processo está centrado no discurso oral do professor e em aulas exclusivamente expositivas. Entende-se que, rompendo os muros da sala de aula, por meio de trabalhos de campo, o ensino de geografia poderá contribuir para distintas leituras de reflexão do espaço. O ambiente escolar tem sido local que investiga pouco, quando nada, o conhecimento extra-escolar, distanciando o conhecimento científico do cotidiano dos alunos.

A realização de práticas que enfoquem o local e o lugar de vivência pode possibilitar que o aluno perceba a inter-relação entre aspectos físicos e humanos, tão comumente questionados no saber geográfico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. Campinas, SP: Papirus, 1989. 85 p.

_____. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; ROCHA-LEÃO Otávio Miguez da. **Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os Geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia, N. 84, São Paulo SP, 2006.

ALMEIDA, Rosângela Doin de e PASSINI, Elza Yassuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2006.

APOLLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRAGA, M. C. B. O ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental: Uma análise do descompasso entre a formação docente e as orientações das políticas públicas. **Revista Terra Livre**, v. 1, p. 129-148, 2007.

BRITO, Franklyn Barbosa de; PESSOA, Rodrigo Bezerra. Da origem da geografia crítica a geografia crítica escolar. In: **Anais do 10º Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20%2844%29.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? In: **Revista Terra Livre**, nº 16. São Paulo-SP: AGB, 2001. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N16.pdf#page=133. Acesso em 26 de junho de 2015.

CAMPOS, E. **O Contexto Espacial e o Currículo de Geografia no Ensino Médio: um estudo em Ilhabela-SP**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de São Paulo – USP. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/>. Acesso em 25 de junho de 2015

Carneiro C.D.R. **Os gastos com aulas de campo do Curso de Geologia da UFPR**. Aulas de campo em cursos de graduação de Geologia: o que são e para que servem? Campinas: IG-UNICAMP, 2008.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Ensino, complexidade e diversidade da vida nos fazeres geográficos. In:_(Orgs.) RÊGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André; **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 33-48.

CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / AGB – seção Porto Alegre, 1999.

CAVALCANTI, Lana. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CIOCCARI, Carmem Candida. **Ensino de Geografia e o trabalho de campo: construindo possibilidades de ensino e aprendizagem sobre o espaço urbano e rural em Júlio de Castilhos/ Rs**. - 2013. 91p.; 30cm Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/ccc.pdf> Acesso em 26 de junho de 2015.

CIOCCARI, Carmen Candida; COSTA, Benhur Pinós da. Ensino de Geografia e o trabalho de campo. **XV Seminário Internacional de Educação no Mercosul**, 2013. Disponível em: <http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2013/EDUCACAO%20E%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO/ARTIGOS/ENSINO%20DE%20GEOGRAFIA%20E%20O%20TRABALHO%20DE%20CAMPO.PDF> Acesso em 26 de junho de 2015.

COMPIANI, M.; CARNEIRO, C. D. R. In: CARVALHO, B. C., SANTOS, A. H. B; OLIVEIRA, D. Trabalho de Campo como recurso didático no ensino de Geografia Física. **Anais**. XV ENG: São Paulo, 2008.

COMPIANI, M. & CARNEIRO, C. D. R. **Os papéis (*) didáticos das excursões geológicas**. Enseñanza de las Ciencias de la Tierra, 1993. n.1-2, p.90-98.

COMPIANI, M. **A relevância das atividades de campo no ensino de Geologia na formação de professores de Ciências**. Cadernos IG/Unicamp, 1991. 1(2):2-25.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CUNHA, Maria Isabel da. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. **Revista Educação UNISINOS**: v. 12, n. 3, setembro-dezembro 2008.

FANTINEL, L.M. **Práticas de campo em fundamentos de geologia introdutória: papel das atividades de campo no ensino de fundamentos de geologia no curso de geografia**. Campinas: Inst. Geoc. Unicamp, 2000. (Dissert. Mestr., Educ. Aplic. Geociências).

FIGUEIREDO, V. SILVA, G. 10º Encontro nacional de prática de ensino de geografia – ENPEG. A importância da aula de campo na prática em geografia. 2009. Porto Alegre, RS.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Coleção Saberes. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONTANA, Roseli Ap. Cação & CRUZ, Maria Nazaré. **Psicologia e trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas (SP): Alínea, 2001.

JUSTEN-Zancanaro, Rosangela, CARNEIRO, Celso Dal Ré. **Trabalhos de campo na disciplina geografia: estudo de caso em Ponta Grossa –PR.** TERRÆ 9:49-60, 2012 Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/terrae/V9/PDFv9/Trabalhos%20de%20campo.pdf> Acesso em 12 de junho de 2015.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de geografia. In: Geografia em sala de aula: Práticas e reflexões.** Org. Antonio Carlos Castrogiovanni... [et al]. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/AGB – Seção Porto Alegre, 2003.

_____. **A Geografia escolar na pratica docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica.** 2004. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

KAISER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo.** Seleção de Textos, 11. São Paulo: AGB, 1985.

KATUTA, Ângela Massumi. O Estrangeiro no mundo da Geografia. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina:** São Paulo. 2005. v. 1. p. 7227-7240

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra.** 6 ed. Campinas: Papirus, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante.** Boletim Paulista de Geografia / Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos Brasileiros. Nº 84 (2006), São Paulo: AGB, 2006.

MARQUES, M.O. **A escola no computador :Linguagens rearticuladas, educação outra.** Ijuí: Unijui, 1999.

MARTONNE, Emmanuel de. **Panorama da Geografia.** Volume I. Lisboa: Cosmos, 1953.

MATOS, Socorro Lopes, VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer.** 2. ed. **rev. atual** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A gênese da Geografia moderna.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Geografia: pequena historia crítica.** São Paulo: Hucitec,1988.

MOREIRA, Ruy. **Assim se passaram dez anos (A renovação da geografia no Brasil – 1978-1988)**. São Paulo, 1992.

_____. **O Que é Geografia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, M.L.T. Ensino de Geografia na Contemporaneidade: o uso de recursos didáticos na sua abordagem. In: **Anais do Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, X ENPEG**. Porto Alegre: ENPEG, 2009.

OLIVEIRA, J. R.; HISSA, C. E. V. de. O trabalho de campo na tradição geográfica e sua realização na escola básica. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**. Vitória-ES: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. **Para onde vai o ensino de geografia?** 5ª. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis, Ed. UFSC, 1989.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **A Geografia como união entre o geográfico e o histórico**. In: _____. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. 2.ed. Florianópolis: EDUFSC, 1993, 131 p., p. 116-123.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B.; MENEGAZZO, M. A. **Da História das Disciplinas Escolares à História da Cultura Escolar: uma trajetória de pesquisa**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 26 de junho de 2015.

PIAGET, J. **Problemas de psicologia genética**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1983.

PONTUSCHKA, N. N. **A formação pedagógica do professor de geografia e as práticas interdisciplinares**. 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

REGO, Nelson. Apresentando um pouco do que sejam ambiências e suas relações com a Geografia e a educação. In: REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEINDRICH, Álvaro (Orgs.) **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Sandra Gallo da. **Cidade e Ensino de Geografia: contribuição a uma educação geográfica da e para a cidade**. Montevideo-Uruguai, EGAL, 2009. Disponível em Acesso em 19/06/2010.

SILVA, Kássia Nunes da; Alves, Lidiane Aparecida; LOPES, Michelly de Lourdes. A importância de se praticar o trabalho de campo na ciência geográfica. **Rev. A MARGem - Estudos**, Uberlândia - MG, ano 1, n. 1, p. 10-9, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/amargem/amargem1.pdf> Acesso em 10 de junho de 2015.

SILVESTRE, D. de O.; LIMA, J.M.C.F. de; MOREIRA, M. de F. A. R.. **O trabalho de campo como prática pedagógica no ensino de Geografia**. Disponível em: <www.prac.ufpb.br/anais/.../trabalhos/.../4CCENDPGPRODOC01.doc> Acesso em 28 de junho de 2015.

THIESEN, J. da S. **Geografia escolar: dos conceitos essenciais às formas de abordagem no ensino**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n.1, p. 83- 94, jan./abr. 2011.

VESENTINI, J.W. **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004.

VESENTINI, José W. **O método e a práxis**. Terra Livre. São Paulo: 1987.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa. Como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998.